

**RESOLUÇÃO Nº 8/REIT - CEPEX/IFRO, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023**

*Dispõe sobre a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, Subsequente ao Ensino Médio, Modalidade Presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFRO/Campus Porto Velho Zona Norte.*

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições regimentais estabelecidas pelo Estatuto do IFRO no art. 13 da Resolução CONSUP/IFRO nº 61, de 18 de dezembro de 2015, tendo em vista o Processo SEI nº 23243.006715/2022-32; bem como a aprovação do CEPEX, durante a 30ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 21 de setembro de 2023, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica, Subsequente ao Ensino Médio, Modalidade Presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFRO/Campus Porto Velho Calama, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

MAURO HENRIQUE MIRANDA DE ALCÂNTARA

Presidente Suplente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Henrique Miranda de Alcântara, Reitor(a) Substituto(a)**, em 26/09/2023, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2071797** e o código CRC **AF78A23D**.

**ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 8/REIT - CEPEX/IFRO, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023**  
**REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO,**  
**SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO, MODALIDADE PRESENCIAL, DO INSTITUTO FEDERAL DE**  
**EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFRO/CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE. - LINK 2007074**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**  
**CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO**

**Membros da comissão: PORTARIA Nº**  
**10/PVZN - CGAB/IFRO, DE 02 DE**  
**FEVEREIRO DE 2023:**

Guilherme Tadaki Tazo Gaspar

João Batista Teixeira de Aguiar

Alberto Bruno De Oliveira Viana

Caren Stela Máximo Batista

Carlo Filipe Evangelista Raimundo

Willis José Rodrigues

Geliane Dornelles

Miralba Uchoa de Carvalho

Jeferson Cardoso da Silva

Marlene Fouz da Silva

Porto Velho

2023

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre o PIB no Brasil, na Região Norte, em Rondônia e Porto Velho .....	12
Quadro 2 – Matriz Curricular do curso Técnico em Administração .....	277
Quadro 3 – Equivalência de disciplinas .....	277
Quadro 4 – Requisitos de formação por disciplina .....	3939
Quadro 5 – Docentes que atuarão no curso e sua formação .....	400
Quadro 6 – Experiência profissional e titulação do quadro docente .....	400
Quadro 7 – Correlação entre quantitativo de profissionais, titulação e área de formação .....	422

## SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO .....	6
1.1	DADOS DA INSTITUIÇÃO .....	6
1.2	DADOS DA UNIDADE DE ENSINO .....	6
1.3	CORPO DIRIGENTE .....	6
1.4	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	7
1.4.1.	Histórico do <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte .....	9
1.5	MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO .....	10
2	APRESENTAÇÃO .....	11
2.1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO .....	12
2.2	JUSTIFICATIVA.....	12
2.2.1.	Pesquisa de demanda.....	15
2.3	PÚBLICO-ALVO .....	16
2.3.1.	Forma de ingresso .....	16
2.4	OBJETIVOS.....	16
2.4.1.	Objetivo Geral.....	17
2.4.2.	Objetivos Específicos.....	17
2.5	PERFIL DE EGRESSO .....	17
2.6	ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	18
3	ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR.....	18
3.1	CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	18
3.1.1.	Estratégias de ensino prevista no curso.....	20
3.1.2.	Transversalidade no currículo .....	21
3.1.3.	Estratégias de acompanhamento pedagógico .....	22
3.1.4.	Estratégias de flexibilização curricular .....	23
3.1.5.	Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais ou semipresenciais..	24
3.1.6.	Outras atividades previstas para o curso .....	25
3.2	ESTRUTURA CURRICULAR.....	26
3.2.1	Matriz Curricular.....	266
3.2.2	Quadro de equivalências .....	27
3.3	AVALIAÇÃO .....	28
3.3.1	Avaliação do processo de ensino e aprendizagem .....	28
3.3.2	Avaliação do curso .....	30
3.4	PRÁTICA PROFISSIONAL.....	31
3.5	ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....	33
3.6	INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE.....	33
3.6.1	A inclusão educacional.....	33
3.6.2	Apoio ao discente.....	35

3.7	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM .....	36
3.7.1	Recursos de informática .....	36
3.7.2	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) .....	36
3.8	ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO .....	37
3.9	INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO .....	37
3.10	CERTIFICAÇÃO .....	38
3.10.1	Certificação de conclusão do curso .....	38
3.10.2	Certificação intermediária .....	39
4	EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO.....	3939
4.1	REQUISITOS DE FORMAÇÃO.....	39
4.2	DOCENTES PARA O CURSO .....	40
4.3	ÍNDICES DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO .....	422
4.4	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR .....	42
4.5	POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO..	43
5	GESTÃO ACADÊMICA.....	43
5.1	COORDENAÇÃO DO CURSO .....	43
5.2	CONSELHO DE CLASSE .....	44
5.3	ASSESSORAMENTO AO CURSO .....	44
5.3.1	Diretoria de Ensino.....	44
5.3.2	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).....	45
5.3.3	Departamento de Extensão .....	46
5.3.4	Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.....	46
5.3.5	Equipe Técnico-Pedagógica .....	47
6	INFRAESTRUTURA .....	47
6.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS .....	47
6.2	INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS.....	48
6.2.1	Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.....	48
6.2.2	Acessibilidade para alunos com deficiência visual .....	48
6.2.3	Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva .....	48
6.3	INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA .....	49
6.3.1	Laboratórios .....	49
6.4	BIBLIOTECA .....	49
7	TECNOLOGIA DE EAD .....	49
7.1	FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM.....	49
8	BASE LEGAL .....	50
8.1	DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL.....	50
	REFERÊNCIAS .....	51



## 1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

### 1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CNPJ: 10.817.343/0001-05

Endereço: Avenida Lauro Sodré, 6500, Censipam - Aeroporto

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/RO – CEP: 76.803-260

Telefones: (69) 2182-9600

E-mail: reitoria@ifro.edu.br

### 1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome: *Campus* Porto Velho Zona Norte

CNPJ: 10.817.343/0007-92

Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/ RO / 76.821-002

Telefones: (69) 2182-3801

E-mail: campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br

### 1.3 CORPO DIRIGENTE

Reitor - Moisés José Rosa;

Pró-Reitora de Ensino: Sheylla Chediak

Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação - Xênia de Castro Barbosa;

Pró-Reitor(a) de Extensão - Fernanda Oliveira Costa de Goes;

Pró-Reitor(a) de Administração - Ivanilson Parente da Silva;

Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento Institucional - Mauro Henrique Miranda de Alcantara;

Diretora-Geral: [Jeferson Cardoso da Silva](#)

Telefone: (69) 2182-3801

E-mail: [jeferson.cardoso@ifro.edu.br](mailto:jeferson.cardoso@ifro.edu.br)

Diretor de Ensino: Geraldo Castro Cotinguiba

Telefone: (69) 2182-3809

E-mail: [geraldo.cotinguiba@ifro.edu.br](mailto:geraldo.cotinguiba@ifro.edu.br)

#### 1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi instituído pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essa lei promoveu a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia (à época em processo de implantação, tendo Unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, e Vilhena) com a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, que já possuía 15 anos de existência. Faz parte de uma rede centenária, com origem no Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha. Pelo referido decreto, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada capital federativa, para atender especialmente a filhos de trabalhadores de baixa renda.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos segmentos da sociedade, na realização de pesquisas e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação entre os setores produtivos e arranjos produtivos locais, dispondo de mecanismos para a educação continuada.

As atividades do IFRO iniciaram com dois *Campi*, Colorado do Oeste e Ji-Paraná, no primeiro semestre de 2009. Assim teve origem essa instituição que completa, em 2022, catorze (14) anos de existência e conta com dez (10) *campi* – Colorado do Oeste, Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Jaru, Ariquemes, Porto Velho Zona Norte, Porto Velho Calama, Guajará-Mirim e a Reitoria. Além dos *campi* físicos, o IFRO está presente em todos os cinquenta e dois (52) municípios do estado de Rondônia e outros Estados do Brasil por meio de polos EaD. Estes são os marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- a) 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei Nº 8.670, de 30 de junho de 1993; no entanto, apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;

- b) 2007: conversão da Escola Técnica de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia pela Lei Nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- c) 2008: autorização de funcionamento da unidade de Ji-Paraná por meio da Portaria Nº 707, de 09 de junho de 2008; criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) pela Lei Nº 11.892/2008, que integrou, em uma única instituição, a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- d) 2009: início das aulas do *Campus* Ji-Paraná; primeiro curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do IFRO, turmas em Colorado do Oeste e Ji-Paraná;
- e) 2010: início das atividades dos *Campi* Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Calama e Vilhena; ainda no primeiro semestre de 2010 passa a ser ofertado o curso de graduação em Química (licenciatura) no *Campus* Ji-Paraná;
- f) 2011: início das atividades do *Campus* Avançado Porto Velho Zona Norte; oferta dos Cursos na modalidade de Educação a Distância, em 22 (vinte e dois) polos: Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos; Início da primeira turma de Engenharia do IFRO (curso de Engenharia Agrônômica em Colorado do Oeste);
- g) 2012: ocorre, em 28 de setembro, a primeira audiência pública do IFRO em Cacoal para apresentação dos dados da pesquisa de atividades econômicas regionais;
- h) 2013: início da construção da estrutura física do *Campus* Guajará-Mirim e do processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jaru (UEP), vinculada ao *Campus* Ji-Paraná; instalação de 12 Polos EaD;
- i) 2014: expansão de mais 13 Polos EaD, totalizando 25 unidades. Acordo de Cooperação Acadêmica com a *Universidad Nacional de Colombia* (UNAL), possibilitando pesquisa conjunta, realização de mobilidade estudantil e estágios, além de Termo de Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia (CIMNE), com possibilidade de capacitação para servidores e discentes;
- j) 2015: início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim; Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP), ambos em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágios;

- k) 2016: firmado, em agosto, Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni (Bolívia), que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- l) 2017: realização da cerimônia de inauguração da primeira etapa do *Campus* Avançado Jaru, no dia 12 de maio de 2017, com presença do Ministro da Educação José Mendonça Filho; início dos cursos de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação (Porto Velho Calama), Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo (Vilhena), Licenciatura em Ciências com habilitação em Química ou Biologia (Guajará-Mirim), Bacharelado em Zootecnia (Cacoal e Colorado do Oeste) e curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (Porto Velho Zona Norte);
- m) 2018: início do curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, em Ariquemes;
- n) 2019: início do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) em Ariquemes e do curso de Bacharel em Medicina Veterinária, em Jaru.

O IFRO está inserido, geograficamente, no Estado de Rondônia como uma Instituição de grande representatividade para as demandas da sociedade. Estas demandas não se limitam ao fator econômico, envolvem também as questões ambientais, sociais e culturais. Sua atuação está voltada para a oferta de Ensino, pesquisas e desenvolvimento de inovações para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – APLs, e a prática da extensão junto à comunidade e setores produtivos, através da qual são disseminados os conhecimentos e as inovações.

#### **1.4.1. Histórico do *Campus* Porto Velho Zona Norte**

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *Campus* Avançado pela Portaria N°1.366, de 6 de dezembro de 2010. No ano seguinte, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação com a aplicação de questionários para identificação da demanda dos arranjos produtivos locais. Os 5 (cinco) primeiros cursos ofertados pelo *campus* PVZN foram Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos e tiveram início em 2011, na modalidade EaD, reproduzidos em 22 (vinte e dois) polos no estado de Rondônia. Os Cursos Técnicos em Administração, Serviços Públicos, e Agente Comunitário de Saúde; além dos cursos do

Programa Profuncionário:<sup>1</sup> Cursos Técnicos em Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar. No referido ano o *Campus* consta com mais de 4.000 alunos devidamente matriculados.

Em 2013, tiveram início os seguintes cursos: Técnico em Informática para Internet, Técnico em Finanças e Superior de Tecnologia em Gestão Pública – na modalidade presencial - e os cursos: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças - na modalidade EaD. Neste mesmo ano, houve a mudança de categoria de *campus* avançado para o *Campus* Porto Velho Zona Norte (Portaria N° 331, de 23 de abril de 2013).

Gradativamente o *campus* ampliou o número de cursos e o quantitativo de vagas. Em 2022 são ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio, Superior Tecnológico e de Licenciatura e Pós-Graduação nos níveis de Especialização e Mestrado, este último em parceria com outras instituições em todo o Brasil.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender as mais diversas regiões do Estado, criando condições às comunidades para a inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho.

## 1.5 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, tem como **Missão**, promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.

A **visão** do IFRO é Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

Nas suas atividades, o IFRO **valorizará** o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de

---

<sup>1</sup> O Profuncionário é um curso a distância que visa a formação em nível médio dos funcionários de escola que estão em efetivo exercício, em uma habilitação compatível com a atividade exercida na unidade educacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/profuncionario>. Acesso em 30 nov. 2022.

expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental.

## 2 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) foi concebido para atender às necessidades regionais relativas à educação profissional de nível médio e superior e contribuir para o desenvolvimento humano, científico e tecnológico. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) considera os desafios na formação técnica e profissional diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional.

Ressalta-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia se constitui como uma instância reflexiva da sociedade e do mundo do trabalho como um espaço de cultura e de imaginação criativa, contribuindo com a formação de princípios éticos que norteiam a conduta humana na sociedade. Sendo assim, o Curso Técnico em Administração pretende formar profissionais com competências e habilidades que os tornem capazes de executar atividades relativas à função de forma integrada e contextualizada.

Neste projeto pedagógico de curso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia apresenta uma visão sintética da carreira, compreendendo os seguintes aspectos: perfil, missão, contextos histórico e geográfico, objetivos, concepções e organização curricular. A proposta, na sua macro e microestrutura, deverá servir como instrumento norteador no processo de formação de técnicos, focando nas necessidades da região e nas aspirações da população local.

O IFRO entende que todos os cursos oferecidos nos diversos *campi* devem ser pautados na estrutura pedagógica norteada por um PPC que contemple os aspectos macros do estado de Rondônia e as especificidades de cada microrregião. Sendo assim, o PPC do curso Técnico em Administração do IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte prevê a flexibilidade necessária na sua organização curricular para atender a diversidade e heterogeneidade dos conhecimentos prévios do discente, bem como, aqueles pertinentes às necessidades socioambientais da atualidade garantindo assim uma ampla formação em relação ao seu futuro como profissional e cidadão.

A concepção do curso tem como finalidade a formação pessoal, profissional e científica, capacitando para a reflexão e produção de novos conhecimentos e métodos. Por

último, o presente documento serve como mecanismo de gerência administrativa e pedagógica do curso, contribuindo com a formação do aprender a ser, do aprender a fazer, do aprender a conhecer e do aprender a viver em sociedade.

## 2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: Curso Técnico em Administração

Modalidade: Subsequente ao Ensino Médio - Presencial

Área de conhecimento/eixo tecnológico: Gestão e Negócios

Carga Horária: 800 horas

Turno de Funcionamento: noturno (40 vagas)

*Campus* de funcionamento: Porto Velho Zona Norte

Regime de Matrícula: Semestral

Prazo para integralização do Curso: no mínimo, dois e, no máximo, quatro semestres.

## 2.2 JUSTIFICATIVA

A economia do estado de Rondônia tem como principais atividades o extrativismo vegetal e mineral, a agricultura, a pecuária e a administração pública. O Produto Interno Bruto – PIB de Rondônia em 2020 foi de 51,6 bilhões, o que correspondeu a 0,70% da riqueza gerada em todo o país nesse período. O Quadro 1, a seguir, apresenta algumas informações importantes acerca do PIB no ano de 2020.

Quadro 1 – Informações sobre o PIB no Brasil, na Região Norte, em Rondônia e Porto Velho

Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações			
Ano - 2020			
Variável	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Microrregião Geográfica		
Produto Interno Bruto a preços correntes	Brasil	7.609.597.000,00	Mil Reais
	Norte	478.173.049,00	Mil Reais
	Rondônia	51.598.741,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	22.351.961,00	Mil Reais
Participação do produto interno bruto a preços correntes no produto interno bruto a preços correntes do Brasil	Brasil	100,00	%
	Norte	6,28	%
	Rondônia	0,68	%
	Porto Velho (RO)	0,29	%
Valor adicionado bruto a preços correntes total	Brasil	6.594.937.000,00	Mil Reais
	Norte	426.154.208,00	Mil Reais
	Rondônia	46.238.115,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	19.952.175,00	Mil Reais
Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária	Brasil	434.621.000,00	Mil Reais
	Norte	42.094.037,00	Mil Reais
	Rondônia	6.891.412,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	1.705.662,00	Mil Reais
Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria	Brasil	1.484.337.000,00	Mil Reais
	Norte	137.740.479,00	Mil Reais
	Rondônia	8.285.675,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	5.270.753,00	Mil Reais
Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços, exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Brasil	3.529.079.000,00	Mil Reais
	Norte	144.262.069,00	Mil Reais
	Rondônia	19.060.688,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	8.377.183,00	Mil Reais
Valor adicionado bruto a preços correntes da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Brasil	1.146.900.000,00	Mil Reais
	Norte	102.057.624,00	Mil Reais
	Rondônia	12.000.339,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	4.598.577,00	Mil Reais
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA			

Percebe-se que em Porto Velho encontram-se os maiores valores adicionados e percentuais de participação no PIB, quando se considera o valor total do Estado. Neste sentido, pode se afirmar que existe um grande potencial econômico na capital.

A atual situação socioeconômica mundial vem sofrendo constantes mudanças que acentuam e modificam as relações sociais em que as Organizações estão submetidas. Podemos conceituar Organização como um sistema de atividades conscientemente

coordenadas de duas ou mais pessoas capazes de se comunicarem e que estão dispostas a participar e a contribuir com ação conjunta, a fim de alcançarem um objetivo comum. (CHIAVENATO, 2009, p. 8)

Assim, as organizações necessitam de profissionais com competências e habilidades técnicas e humanas, como liderança, trabalho em equipe e a capacidade de influenciar pessoas a executarem suas tarefas a favor dos objetivos das organizações. Neste contexto, Administração é instrumento indispensável nas organizações públicas ou privadas.

A administração nada mais é do que a condução racional das atividades de uma organização seja ela lucrativa ou não lucrativa. A administração trata do planejamento da organização (estruturação), da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão do trabalho que ocorrem dentro de uma organização. (CHIAVENATO, 2009, p. 2).

Independente da atividade econômica, as organizações necessitam de profissionais com competências e habilidades técnicas e emocionais para o desenvolvimento das atividades nos diversos setores. Dessa forma, é possível perceber que o Estado e a cidade de Porto Velho possuem um amplo potencial e demanda para a atuação do profissional Técnico em Administração. Um profissional preparado para executar atividades administrativas relacionadas aos processos de gestão de pessoas, de operações logísticas, gestão de materiais e patrimônio, de marketing, de vendas e de finanças.

Segundo dados do IBGE, em 2020, o salário médio mensal no município de Porto Velho era de 3,3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total no ano de 2020 foi de 30,1%. O índice de desenvolvimento humano (IDH) no levantamento feito em 2010 era de 0,736. Em 2020 este índice passou para 0,823 levando Porto Velho para a 10ª colocação no ranking nacional. O PIB per capita foi estimado em R\$ 36.059,00 no ano de 2020, o que coloca a cidade em 5º lugar da região norte.

O Instituto Federal de Rondônia, com a finalidade de orientar sua oferta de formação para consolidar e fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, busca contribuir com o desenvolvimento do Estado oferecendo o Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio na modalidade presencial, com foco na melhoria e na qualificação dos profissionais atuantes nas organizações.

Diante desse cenário, faz-se necessário a oferta de qualificação profissional pública e de qualidade, visando a formação de profissionais capacitados para o mercado de trabalho como prestadores de serviço ou empreendedores. Neste panorama tão dinâmico e, considerando que o curso Técnico em Administração é ofertado no *campus* Porto Velho Zona Norte desde o ano de 2016, percebeu-se que havia um alto índice de evasão do 2º para o 3º

período. Neste sentido é que se propõe a reformulação deste PPC, seguindo as orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2022) tornando o curso com uma matriz de 800 horas.

### **2.2.1. Pesquisa de demanda**

Um dos objetivos da educação atual é formar indivíduos com valores morais e éticos empreendidos nos esforços diários em diferentes meios e contextos sociais. Nesse sentido, quando se discorre sobre a educação profissional, são atrelados valores de competências e habilidades técnicas para a atuação no mercado de trabalho.

O resultado apresentado pela Pesquisa de Atividade Econômica e Regional, realizada pelo IFRO, em 2012, para subsidiar a proposta de oferta de cursos técnicos, identificou, com destaque, o interesse pela formação em Administração (91%), Vendas (88%), Finanças (86%), Comunicação (84%), Informática (83%) e Gestão (81%).

Em 2015 foi realizada uma pesquisa de demandas sobre a educação profissional nas escolas estaduais na capital de Rondônia apresentando como finalidade nortear a definição dos novos cursos Técnicos Subsequente e Concomitantes que poderão ser oferecidos pelo *Campus* Porto Velho Zona Norte, em consonância a Lei Nº 13.243/2016, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País, que define no seu artigo 1º, inciso V como um dos seus princípios: a promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;

Buscou-se identificar quais os ramos de atividades que os estudantes mais almejavam em Porto Velho e utilizar este quadro como uma das referências para a aplicação do questionário de análise da necessidade de capacitação profissional. Os questionários foram distribuídos a 2700 alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio de 08 escolas públicas. A pesquisa demonstrou que os cursos do eixo tecnológico Gestão e Negócios representam um percentual significativo a ser considerando como instrumento de base para a estruturação de cursos técnicos e tecnológicos que melhor se ajustem ao perfil da região, favorecendo com isso um melhor alinhamento das matrizes curriculares com as demandas tecnológicas atuais, além das demandas sociais e culturais das regiões onde os cursos serão ofertados. quais eixos tecnológicos comportam os cursos de interesse da comunidade escolar pesquisada.

## 2.3 PÚBLICO-ALVO

O Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio destina-se aos alunos que concluíram o Ensino Médio, tanto da rede pública ou privada de ensino, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e que tenham sido selecionados em processo seletivo público.

### 2.3.1. Forma de ingresso

O ingresso no curso dar-se-á após aprovação em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, ou mediante demanda exclusiva ou apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino também pública e que ofereça educação profissional, científica ou tecnológica compatível com o curso em que se pleiteia o ingresso, conforme estabelecido nas regulamentações do IFRO (Comissão Permanente de Exames - COPEX).

O quantitativo de vagas a serem ofertadas para cada ano ou semestre será indicado pela Direção-Geral do *Campus* ao Reitor para deliberação do Conselho Escolar e, em observância ao Plano de Desenvolvimento Institucional e aos prazos estabelecidos. Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, instituído pelo *Campus*, sob organização da Direção-Geral.

O ingresso por meio de apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino deverá seguir os trâmites previstos no Regulamento de Organização Acadêmica para os Cursos Técnicos do IFRO, considerando compatibilidade entre o projeto pedagógico do curso na instituição de origem e o do curso no *campus*, conforme a combinação dos seguintes indicadores: pertencimento dos cursos a um mesmo eixo tecnológico; similaridade de pelo menos 75% das abordagens curriculares entre as duas matrizes curriculares comparadas, a de origem e a de destino; e possibilidade de o *campus* de ingresso oferecer condições de implementação e complementação de estudos, quando necessário. Ressalta-se, ainda, que o que garante a compatibilidade e similaridade não é a nomenclatura dos componentes, mas o conteúdo abordado nas disciplinas, a carga horária de tais componentes e as práticas complementares envolvidas.

## 2.4 OBJETIVOS

### **2.4.1. Objetivo Geral**

O Curso Técnico em Administração tem como objetivo geral formar profissionais-cidadãos empreendedores, competentes, com conhecimentos técnicos, eticamente responsáveis e comprometidos com o bem estar da coletividade e que saibam associar a teoria à prática, fazendo uso das habilidades e atitudes compatíveis com a área de gestão e negócios.

### **2.4.2. Objetivos Específicos**

1. Propiciar aos discentes formações técnica e cidadã para que se tornem aptos a conhecer e compreender os princípios da Administração, com uma visão empreendedora e consciente de suas responsabilidades no desenvolvimento de sua região;
2. Buscar a melhoria contínua das organizações, por meio de uma postura proativa, criativa e reflexiva;
3. Empreender ideias e negócios, com inovação e criatividade, pensando local e agindo globalmente;
4. Identificar oportunidades para fazer da teoria uma prática viável, visando soluções que possam melhorar e aumentar a produtividade e a competitividade das organizações inseridas na área de negócios nacionais e internacionais.

## **2.5 PERFIL DE EGRESSO**

O IFRO priorizará a formação de profissionais que:

- a) Constituam-se como sujeitos plenos, com formação humanística e de cultura geral integrada à formação profissional;
- b) Tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação; Atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- c) Saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com diversas culturas; sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.

A partir disso, ao concluir o curso, o egresso do Curso Técnico em Administração deverá apresentar as seguintes competências gerais da área profissional:

- d) Atitude proativa, visando suprir as necessidades logísticas dos departamentos;
- e) Habilidade para trabalhar em equipe, proporcionando um ambiente profissional saudável e harmonioso.

## 2.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO

Conforme previsão na 4ª edição do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (2022), o egresso tem condições que lhe permitam:

- a) Executar operações administrativas de planejamento, pesquisas, análise e assessoria no que tange à gestão de pessoal, de materiais e produção, de serviços, gestão financeira, orçamentária e mercadológica.
- b) Utilizar sistemas de informação e aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas, sejam operacionais, de coordenação, de chefia intermediária ou de direção superior, sob orientação.
- c) Elaborar orçamentos, fluxos de caixa e demais demonstrativos financeiros.
- d) Elaborar e expedir relatórios e documentos diversos.
- e) Auxiliar na elaboração de pareceres e laudos para tomada de decisões.

## 3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

### 3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração está pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, previstas na Resolução N° 03/2018 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução N° 6, de 20 de setembro de 2012). As metodologias adotadas ao longo do curso visam proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

Em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), o IFRO acredita que o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma Educação de qualidade. Dessa forma, o IFRO contribui para o movimento “Todos pela Educação”, citado no texto do PNE, procurando sanar as necessidades de formação

profissional no âmbito de sua região de abrangência. Assim sendo, o Curso Técnico em Administração visa à formação de um profissional com sustentação científica, postura ética reflexiva, qualificado para o exercício profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Ademais, visa-se formar um indivíduo que esteja apto a atuar profissionalmente em equipes multiprofissionais ou individualmente, na iniciativa privada ou no setor público, em grandes ou pequenos centros urbanos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação a relação entre o ambiente e a qualidade de vida física e intelectual dos semelhantes.

O desenvolvimento do currículo buscará metodologias de ensino cujas ações promovam aprendizagens mais significativas e sintonizadas com as exigências e objetivos do curso, o que torna necessário estabelecer uma relação intensa entre teoria e prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos e experiências que preparem os alunos para o exercício de sua profissão.

Para tanto, as disciplinas de cada período letivo representam importantes instrumentos de flexibilização e abertura do currículo para o itinerário profissional, pois, adaptando-se às distintas realidades regionais, permitem a inovação permanente e mantêm a unidade e a equivalência dos processos formativos.

A formação desse profissional será através de um processo pedagógico intencional, organizado, de organização teórico-científica, numa inter-relação entre teoria e prática, apoiada em relações democráticas aqui previstas, ficando garantida uma metodologia participativa e integradora, tais como trabalhos em grupos e aulas dialogadas.

É prioritário estabelecer a relação entre a teoria e a prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos em experiências (pesquisas, testes, aplicações) que preparem os alunos para o exercício de sua profissão. Isso não ocorrerá apenas com o desenvolvimento do estágio ou com o trabalho de conclusão de curso; serão realizadas atividades contextualizadas e de experimentação prática ao longo de todo o processo de formação.

Para Libâneo (1994), a prática deve estar baseada na teoria para que articuladas, possam possibilitar uma prática pedagógica crítica e transformadora da realidade. A teoria e a prática são inseparáveis e fundamentais para a formação do professor, pois é a partir da relação teoria e prática da didática que o professor poderá planejar e entender o processo de ensino-aprendizagem.

Essa visão da educação, que tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerca, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir.

### **3.1.1. Estratégias de ensino prevista no curso**

O ensino é concebido como uma atividade de aplicação e não de transferência de conteúdo, e a aprendizagem, como uma construção, em vez de reprodução de conhecimentos. Nesse sentido, os alunos e os professores serão sujeitos em constante dialética, ativos nos discursos e efetivos para interferir nos processos educativos e no meio social. Caberá a cada professor definir, em plano de ensino de sua disciplina, as melhores estratégias, técnicas e recursos para o desenvolvimento educacional. De acordo com Libâneo (1994), o professor é um administrador e executor do planejamento, meio de previsão das ações a serem executadas e dos meios necessários para atingir os objetivos.

Caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso. Além disso, é importante destacar as formas de acessibilidade metodológicas disponíveis. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante às suas dificuldades de adaptação e de aprendizagem. O núcleo dispõe de ferramentas para estudo, necessárias à superação de barreiras, priorizando a qualidade do processo de inclusão plena. Além do NAPNE a coordenação do curso deve estimular práticas pedagógicas entre o corpo docente e o colegiado objetivando atender aos acadêmicos que apresentarem necessidades de adaptação metodológica.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e em equipe, que incluam, entre outros: aulas expositivas/dialogadas; leitura e discussão de textos; pesquisas; estudos e trabalho em grupo; exercícios de interpretação de textos; dinâmicas de grupo; seminários temáticos; debates/discussões; elaboração de projetos de pesquisa; pesquisas teóricas/bibliográficas; análises da legislação; visitas técnicas em instituições conveniadas e outras; estudos de caso; exposição de trabalho; leituras de artigos atuais de revistas, jornais e

outros meios de comunicação para análise e condensação; exposição de filme/documentário; elaboração de fichamento; resumos de textos pré-selecionados; simulações; oficinas de aulas práticas (laboratório/workshop); portfólios; estudos dirigidos; mapas conceituais; tempestades de ideias; simpósios.

Entende-se que a prática é fundamental para que o aluno construa seu conhecimento, pois ela possibilita ao aluno potencializar a teoria e vice-versa, daí a importância de investimento em ambas. Atividades de laboratório situam o aluno em questões do cotidiano, em tempo e situações reais de aprendizagem. Também serão explorados os recursos de hipermídia, como computadores, TVs e data show, para o desenvolvimento de atividades dinâmicas, flexíveis, práticas e modernas. O uso de laboratórios permitirá mais especificidade ao trabalho e as experimentações necessárias ao curso.

As metodologias específicas serão traçadas em projetos, planos, manuais de instruções e outras formas de orientação, mas sem perder de vista os fundamentos gerais aqui expostos, embasados nos princípios da formação global, da aprendizagem significativa, das interações dialógicas e das intervenções críticas.

### **3.1.2. Transversalidade no currículo**

Este projeto prevê, além dos componentes formadores da matriz curricular, temas exigidos pela Resolução CNE/CEB Nº 3, de 21 de novembro de 2018, que “Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio”, em especial no artigo 11, inciso VI, a serem aplicados como conteúdos transversais, ao longo do ano, por meio de ações integradoras e interdisciplinares. Os eixos a seguir contemplam desdobramentos de referência que poderão ser modificados ou suplementados na fase de seu planejamento.

- a) Educação Ambiental (Lei Nº 9.795/1999): a Constituição e o meio ambiente; a importância da Lei de Educação Ambiental na relação com a cidadania.
- b) Estatuto dos Idosos (Lei Nº 10.741/2003): processos de envelhecimento; alimentação e saúde dos idosos; serviços e ações de proteção aos idosos; garantia de prioridade; infrações e penalidades por negligência ou ofensa aos idosos; obrigações da família, escola e sociedade em relação aos idosos.
- c) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/1990): direitos, entidades de apoio, bem-estar; infrações e penalidades por ofensa ou negligência contra a criança e adolescente.

- d) Educação para o trânsito (Lei N° 9.503/1997): melhoria das relações de convivência no trânsito; segurança; organização das cidades: trânsito, veículos e pedestres; órgãos e entidades de trânsito; educação no trânsito: uso moderado dos veículos e respeito à condição do outro.
- e) Educação alimentar e nutricional (Lei N° 11.947/2009): alimentação e nutrição; segurança alimentar e nutricional; saúde: educação preventiva para a saúde.
- f) Educação em direitos humanos (Decreto N° 7.037/2009): respeito à diversidade e identidade dos diferentes sujeitos, quanto à religião, sexualidade, gênero, gerações e idade; reconhecimento de direitos e valores das comunidades tradicionais; educação para a convivência; respeito às pessoas com necessidades educacionais específicas.
- g) Educação das Relações Étnico-Raciais, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conforme estabelece a (Lei N° 10.639/2003) e (Resolução N° 1/2004) e a (Lei N° 12.343/2010): respeito à diversidade, étnica, cultural considerando pluralidade dos diferentes sujeitos, quanto às manifestações culturais das comunidades tradicionais.

### **3.1.3. Estratégias de acompanhamento pedagógico**

As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e competências a serem desenvolvidas nos discentes e está pautada no diálogo. Elas deverão ocorrer desde o início e não poderão se restringir a um simples diagnóstico, sem que haja a aplicação imediata de instrumentos de nivelamento quando for detectado qualquer desnível de um discente em relação à turma e de uma turma em relação ao curso. Quando não forem aplicados instrumentos de diagnóstico, todos os professores e o coordenador do curso deverão ser capazes de detectar e de encaminhar os alunos a um atendimento especializado, quando estes apresentarem dificuldades que mereçam atenção individualizada. O acompanhamento pedagógico se dará por meio de ações como:

1. Acompanhar e avaliar continuamente os processos de ensino e de aprendizagem no âmbito do curso, com levantamento de indicadores, com a finalidade de realizar as ações de intervenção pedagógica para cada caso diagnosticado;
2. Fazer as instruções necessárias aos alunos, professores, equipe de apoio pedagógico e responsável por alunos;

3. Solicitar, instruir e avaliar os planos de ensino dos professores antes de cada período letivo, por disciplina, de acordo com os regulamentos específicos do nível de ensino, bem como manter orientações necessárias à correta aplicação dos instrumentos;
4. Fazer os planejamentos e levantamentos necessários para controlar e manter os dados acadêmicos e curriculares atualizados, visando subsidiar estudos e interpretações, com finalidades pedagógicas, profissionais e econômico-administrativas;
5. Promover reuniões periódicas com docentes, pessoal de apoio, alunos e responsáveis por alunos, para a discussão das rotinas e resultados acadêmicos, e, se necessário, promover momentos de orientação no planejamento do professor, para atender as necessidades dos alunos em sala de aula;
6. Convocar e viabilizar a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, para tratar das problemáticas de ensino e aprendizagem;
7. Avaliar formativamente os processos de ensino e aprendizagem, bem como divulgar e discutir os resultados da avaliação;
8. Acompanhar continuamente os processos educacionais e promover as interferências necessárias para a garantia da qualidade na formação;
9. Acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos e a prática de sala de aula e, se necessário, fornecer subsídios que permitam aos professores a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, e promover reuniões para refletir e analisar os resultados da aprendizagem.

O docente é a primeira instância do acompanhamento pedagógico. Além de orientar o aluno em relação aos conteúdos de sua disciplina, também poderá influenciá-lo, ensinando-lhe técnicas e métodos diversos para aprender. O coordenador do curso é a segunda instância e, se não resolver os casos que julgar fora de sua competência, deverá encaminhá-los aos núcleos especializados, a exemplo do NAPNE, que mantém uma equipe multidisciplinar capaz de possibilitar o acompanhamento pedagógico ao discente.

#### **3.1.4. Estratégias de flexibilização curricular**

A matriz curricular do curso Técnico em Administração foi construída de forma a priorizar a integração entre ciência, tecnologia e formação profissional. Assim sendo, os conteúdos poderão articular-se e serem desenvolvidos por meio de disciplinas e projetos integradores. A flexibilização curricular deve ser entendida de forma ampla e irrestrita, haja vista que ela pode se dar de várias maneiras. Em observação ao Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI -2023-2027) a fim de proporcionar a flexibilidade curricular, são admitidas, conforme normativa nacional e institucional, respeitando-se as áreas e possibilidades, as seguintes estratégias:

Realização de atividades diversificadas, a exemplo de visitas técnicas, eventos científico-culturais e sociais, que complementam a formação humana e profissional dos estudantes; Desenvolvimento de projetos integradores ou eixos temáticos multi, inter e transdisciplinares, que congreguem os conteúdos comuns das disciplinas do curso; (PDI, <https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027> ).

### **3.1.5. Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais ou semipresenciais**

A modalidade de atividades não presenciais objetiva criar o hábito de utilização de tecnologias de comunicação remota no ensino presencial, bem como expandir os espaços educacionais, integrando e flexibilizando momentos presenciais e a distância a fim de introduzir uma cultura de educação on-line. A oferta na modalidade semipresencial, segundo a Instrução Normativa Nº 5/2018/REIT - PROEN/REIT em seu art. 4º menciona que “as características que justificam a oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial são: Permitir ao discente vivenciar uma modalidade que desenvolve a disciplina, a organização e a autonomia de aprendizagem, e flexibilizar os horários para estudos”.

Em consonância com a Portaria Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 que regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade a distância, bem como a Instrução Normativa Nº 5/2018/REIT – PROEN/REIT, 20% da carga mínima do curso, não sendo incluso estágio ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da Educação a Distância, sempre que o *campus* não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária para aula não presencial ou semipresencial se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais. Almeida (2012) afirma que ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira

organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Portanto, o AVA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade *off-line*, vídeo etc. Será também um ambiente de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias que esta plataforma possui.

Cada plano de ensino de disciplina deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e os elementos específicos das atividades não presenciais ou semipresenciais, os quais trarão metodologias específicas. As atividades não presenciais ou semipresenciais podem ser distribuídas de forma que fiquem configurados os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno, forma de atendimento pelo professor e avaliações a serem aplicadas. Os registros das atividades não presenciais ou semipresenciais seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo-se aos sistemas de notação adotados pelo IFRO no ROA e aos requisitos de qualidade da formação em EaD.

### **3.1.6. Outras atividades previstas para o curso**

As principais atividades previstas no processo de ensino e aprendizagem serão: aulas, que envolvem atividades teóricas e/ou práticas, presencial e não presencial; atividade de extensão, promovendo a interação transformadora entre o IFRO e a sociedade; visita técnica, visando à aquisição e transferência de conhecimentos inerentes ao mundo do trabalho; feiras, seminários, fóruns, congressos, colóquios, eventos esportivos e culturais, entre outros, voltados à área de formação; atividade de pesquisa científica, atividade complementar realizada pelo aluno e orientada por professor; atividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem, ações educativas realizadas por meio de uma plataforma virtual, envolvendo teleaula, fórum, tarefa, *chat*, glossário, questionário, wiki, entre outros; prática profissional, atividades destinadas à ampliação do universo de formação dos estudantes, com carga horária estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação ou prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

## 3.2 ESTRUTURA CURRICULAR

Nos termos do art. 20 da Resolução Nº 1/2021/CNE/CEB, para a estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, deve-se considerar:

[...] I - a composição de uma base tecnológica que contemple métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas ao curso em questão; II - os elementos que caracterizam as áreas tecnológicas identificadas no eixo tecnológico ao qual corresponde o curso, compreendendo as tecnologias e os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que as alicerçam e a sua contextualização no setor produtivo;

A matriz curricular do Curso Técnico em Administração está estruturada de acordo com o que sugere o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O curso está organizado em itinerários formativos definidos como semestres letivos e envolve disciplinas distribuídas em dois núcleos: o núcleo profissionalizante e o complementar.

a) Núcleo profissionalizante: composto por disciplinas específicas do currículo do Curso Técnico em Administração, conforme o que a legislação determina. As disciplinas deste núcleo agregam à formação interdisciplinar dos alunos os saberes e conhecimentos necessários à formação técnica, humana e social. As disciplinas consolidam uma formação do aluno com vistas ao preparo para o mundo do trabalho e a vida em sociedade.

b) Núcleo complementar: integra a prática profissional da formação pretendida e mostra a amplitude do trabalho do técnico em Administração na área de conhecimento Gestão e Negócios.

### 3.2.1 Matriz Curricular

A matriz curricular está pautada na análise dos conceitos, termos e matrizes do curso ofertado dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como na consideração dos aportes contidos no currículo referência, visando à equalização e à unificação do sistema acadêmico, mas garantindo a atualização curricular conforme organização abaixo descrita.

Quadro 2 – Matriz Curricular do curso Técnico em Administração

CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE							
LDB Nº 9.394/1996, Art. 36 — Resolução CEB/CNE Nº 1/2021							
Duração da aula: 50 minutos							
	DISCIPLINAS	SEMESTRES		TOTAIS (Hora- Aula)	TOTAIS (Hora- Relógio)	TOTAIS EaD (Hora- Aula)	TOTAIS EaD (Hora- Relógio)
		1º	2º				
Módulo I	Informática Aplicada	2		40	33,33	8	6,67
	Redação Oficial e Comercial	2		40	33,33	8	6,67
	Matemática Financeira	4		80	66,67	16	13,33
	Contabilidade Geral	2		40	33,33	8	6,67
	Fundamentos de Administração	4		80	66,67	16	13,33
	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	2		40	33,33	8	6,67
	Fundamentos de Economia e Mercados	4		80	66,67	16	13,33
<b>Total aulas/semana</b>		<b>20</b>		<b>400</b>	<b>333,33</b>	<b>80</b>	<b>66,67</b>
Módulo II	Direito de Empresa		2	40	33,33	8	6,67
	Ética Profissional		2	40	33,33	8	6,67
	Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional		4	80	66,67	16	13,33
	Planejamento Organizacional		2	40	33,33	8	6,67
	Administração da Produção e Logística		4	80	66,67	16	13,33
	Empreendedorismo, <i>Marketing</i> e Vendas		4	80	66,67	16	13,33
	<i>Workshop</i>		2	40	33,33	8	6,67
<b>Total aulas/semana</b>			<b>20</b>	<b>400</b>	<b>333,33</b>	<b>80</b>	<b>66,67</b>
<b>NÚCLEO COMPLEMENTAR</b>	<b>Prática Profissional: Estágio Supervisionado</b>			192	160	-	-
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>				<b>960</b>	<b>826,66</b>	<b>160</b>	<b>133,34</b>

Fonte: IFRO (2023).

### 3.2.2 Quadro de equivalências

Com a reformulação do projeto pedagógico foi disponibilizado o quadro de equivalências para os alunos de turmas anteriores, que necessitarem cursar disciplinas na forma de dependência.

Quadro 3 – Equivalência de disciplinas

Disciplina	CH	Equivalência na Matriz Nova	CH
Introdução à Informática	40	Informática Aplicada	40
Português Instrumental	60	Redação Oficial e Comercial	40
Fundamentos de Economia	60	Fundamentos de Economia e Mercados	80
Contabilidade Geral	60	Contabilidade Geral	40
Fundamentos de Administração	60	Fundamentos de Administração	80
Gestão de Pessoas	60	Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional	80

Ética Profissional e Cidadania	40	Ética Profissional	40
Marketing	60	Empreendedorismo, Marketing e Vendas	80
Fundamentos de Logística	60	Administração da Produção e Logística	80
Planejamento Estratégico	60	Planejamento Organizacional	40

Fonte: IFRO (2023).

As disciplinas que não têm equivalência na matriz nova, Fundamentos de Matemática Financeira, Direito e Legislação Comercial, Segurança, Meio Ambiente e Saúde, Comportamento Organizacional, Organização, Sistemas e Métodos, Matemática Financeira Aplicada, Contabilidade de Custos, Administração da Produção, Fundamentos do Direito Tributário, Planejamento Estratégico, Estatística Aplicada, Gestão da Qualidade, Empreendedorismo, Técnicas de Recepção, Atendimento e Cobrança, Projetos Empresariais deverão ter oferta especial durante o período de integralização do curso.

### 3.3 AVALIAÇÃO

#### 3.3.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação do desempenho do discente, elemento fundamental para o acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os “[...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”, conforme previsão na LDB N° 9.394/96, art. 24, V, a.

Para a avaliação do desempenho, devem ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor. O processo de avaliação será realizado em função dos princípios de formação, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os critérios de cumulação e continuidade. Esta estrutura observa a consideração dos resultados ao longo do processo, para permitir o acompanhamento do desempenho do aluno.

O processo avaliativo ainda prevê estratégias complementares de favorecimento à progressão, como a avaliação em segunda chamada, a recuperação e o exame final. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO, assim como as orientações

relativas à frequência, ao cálculo de notas e a outros assuntos específicos de avaliação. A avaliação do desempenho do discente será realizada por meio das seguintes estratégias, ao menos:

- a) Observação sistemática dos alunos, com a utilização de instrumentos próprios: fichas de observação, diários de classe, cadernos de anotação;
- b) Autoavaliação;
- c) Análise das produções dos alunos (projetos, relatórios, artigos, ensaios, exercícios, demonstrações, dentre outras estratégias pedagógicas);
- d) Apuração da assiduidade e avaliação da participação ativa nas aulas;
- e) Aplicação de atividades específicas de diagnóstico (exames, debates, testes, experimentos, provas, questionários, fóruns).

Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO, assim como as orientações relativas à frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação. Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% nas aulas e demais atividades programadas. Nesse sentido, a avaliação tem de ser considerada em suas múltiplas dimensões, ou seja:

- a) Diagnóstica: na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem; Processual: quando reconhece que a aprendizagem não acontece pela simples fórmula informar-saber;
- b) Formativa: na medida em que o aluno tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias metacognitivas. Pode expressar seus erros, limitações, expressar o que não sabe, para poder construir alternativas na busca do aprendizado;
- c) Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do aluno no bimestre/semestre por meio de menções ou notas.

Os princípios e orientações gerais relativos à promoção, retenção, recuperação, exame final, avaliação de segunda chamada estão contidos no ROA do IFRO (Resolução CONSUP/IFRO N° 88/2016, arts. 94 a 117). A revisão de segunda chamada está contida no art. 119 desta mesma resolução. Não havendo a possibilidade de reoferta do curso pelo *campus*, serão adotadas estratégias especiais em favor da promoção e da recuperação de alunos, a saber:

- a) Intensificar os procedimentos de recuperação continuada, sempre que se constatarem perdas no processo de aprendizagem;
- b) Aplicar avaliações ou exames substitutivos, inclusive quanto ao exame final, após discussão em Conselho de Classe e de acordo com suas recomendações;
- c) Fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividades e da frequência dos alunos, por meio de ações do Departamento de Apoio ao Ensino e da Coordenação de Assistência ao Educando;
- d) Se houver recursos e professores, poderão ser disponibilizadas disciplinas em oferta especial.

### **3.3.2 Avaliação do curso**

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO, preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade, aplica constantemente instrumentos avaliativos, a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais. O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos, como forma de construção de uma identidade coletiva.

Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte. A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), para que sejam propostas as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

Cabe à CPA e à Coordenação do Curso operacionalizar o processo de avaliação do curso junto aos professores, com o apoio do Colegiado de Curso. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos e a análise dos mesmos pela CPA, pela Coordenação do Curso e apreciados pelo Colegiado do Curso.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético. O processo de avaliação é uma forma de prestação

de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

#### 3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional no curso Técnico em Administração tem caráter obrigatório e consiste em um dos meios para a efetivação do curso, por se tratar de uma área que requer intensiva vivência do formando nos locais próprios de sua atuação. É um procedimento didático-pedagógico que contextualiza os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, e viabiliza ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico- científico profissional, atrelado ao aperfeiçoamento contínuo da dimensão humana dos discentes.

A Prática Profissional deve ser iniciada após a conclusão de 25% da carga horária total do curso, ou seja, na metade do 1º semestre da matriz curricular, e concluída até o prazo final de integralização do curso. O tempo de realização da prática será acrescido à carga horária de formação do aluno, nos documentos de conclusão do curso.

Este projeto prevê a possibilidade de realizar as seguintes práticas profissionais: estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), capacitação profissional em escritório modelo, aluno empresário ou trabalhador, projeto integrador ou atuação em programas de aprendizagem como o Jovem Aprendiz.

a) Estágio supervisionado: as atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante no decorrer do curso. O estágio supervisionado atende à Lei N°11.788, de 25 de setembro de 2008, que prevê assinatura de termo de compromisso tripartite, orientação (por professor das áreas específicas do curso e profissional supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso – neste caso, cumprindo os princípios da Orientação Normativa n° 07, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou a que estiver em vigor no momento. As formas de realização do estágio devem ser definidas conforme Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio. As formas de realização do acompanhamento pedagógico estão disciplinadas no ROA do IFRO.

b) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): o TCC corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e as habilidades desenvolvidas ou os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o curso; consiste numa alternativa prática a ser

desenvolvida pelo aluno e orientada por um professor do curso. O aluno apresentará um projeto de pesquisa voltado à resolução de um problema de pesquisa aplicada na área de sua formação. Até o final do prazo de integralização do curso, o aluno deverá desenvolver o TCC, versando sobre uma das possíveis resoluções do problema selecionado para a pesquisa, pautado por um adequado embasamento teórico, sob a supervisão e orientação de seu professor orientador. A apresentação do TCC, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.

c) Escritório modelo: Corresponde a espaços profissionais, com adequações estruturais em termos de equipamentos e recursos humanos, voltados para viabilizar a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, mediante a disponibilização de horários específicos para prestação serviços técnicos à comunidade interessada. O aluno apresentará um projeto de atividades práticas, característico da área de Computação Gráfica ou áreas afins, a serem desenvolvidas no escritório modelo, podendo ser aplicadas ou aplicáveis, sob a supervisão e orientação de um professor da área. As atividades programadas contemplarão, no mínimo, 100 horas de duração.

d) Empresário ou trabalhador: os estudantes empresários ou trabalhadores vinculados ao mundo do trabalho, cujas atividades relacionam-se com algumas das áreas temáticas do curso, poderão, mediante apresentação de, respectivamente, contrato social da empresa ou contrato formal de trabalho, requerer aproveitamento das atividades desenvolvidas no trabalho para contemplar a carga horária de Prática Profissional Supervisionada equivalente. Para isso, deverão ser realizadas todas as etapas, conforme as normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade.

e) Projeto Integrador: São projetos extraclasse em grupo elaborados e acompanhados pelos professores do colegiado e o professor coordenador do projeto, buscando a interdisciplinaridade e contextualização de saberes, objetivando fortalecer a relação entre teoria e prática, possibilitando ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente.

f) Programas de aprendizagem (como o Jovem Aprendiz): os estudantes podem realizar a prática profissional por meio da atuação em programas de aprendizagem, tais como o Jovem Aprendiz. É necessário apresentar o contrato de aprendizagem, cópia autenticada das partes da Carteira de Trabalho e Previdência Social em que constem a identificação pessoal e o vínculo empregatício e, ainda, documento descrevendo as atividades desenvolvidas, devidamente assinado e carimbado por sua chefia imediata. Deverão ser realizadas todas as etapas, conforme normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade.

### 3.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Aos alunos do Curso Técnico em Administração será proporcionada a oportunidade de participar das diversas atividades extracurriculares do curso, não obrigatórias, tais como:

- a) Eventos científicos, como mostras culturais, seminários, fóruns, debates e outras formas de construção e divulgação do conhecimento;
- b) Programas de iniciação científica, que reforcem os investimentos da instituição na pesquisa e na conseqüente produção do conhecimento;
- c) Atividades de extensão que envolvam, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- d) Monitorias que realcem os méritos acadêmicos, dinamizem os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizem com agilidade o desenvolvimento de projetos;
- e) Palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, meio ambiente, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
- f) Visitas técnicas, também em sua função de complementaridade da formação do educando, que busquem na comunidade externa algumas oportunidades que são próprias deste ambiente, nas quais se verifiquem relações de produção em tempo real e num espaço em transformação. Os cursos técnicos exigem essa observação direta do papel dos trabalhadores no mercado de trabalho.

### 3.6 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

#### **3.6.1 A inclusão educacional**

A inclusão educacional consiste na ideia de não fazer distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais. Assim sendo, é importante evidenciar a abrangência da inclusão educacional atualmente quando se olha pela perspectiva da diversidade. A educação é direito tanto das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como a outros grupos que por um tempo foram excluídos como: os indígenas, os quilombolas e outros grupos em situação de vulnerabilidade. No caso do primeiro grupo citado, a instituição, dentro de sua estrutura organizacional, tem o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que tem sua atuação baseada na Resolução Nº 35/REIT - CONSUP/IFRO,

de 02 de junho de 2020., que dispõe sobre seu regulamento. Na perspectiva de efetivar políticas públicas de inclusão na área educacional, o IFRO se baseia nos seguintes temas de cunho ambiental, social e humanístico:

a) Relações étnico-raciais, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, com fulcro na Lei Nº 9.394/96, com redação dada pela Lei Nº 10.639/2003 e pela Lei Nº 11.645/2008, e Resolução Nº 1/2004/CNE/CP, fundamentada no Parecer Nº 3/2004/CNE/CP.

b) Educação em direitos humanos, com fundamento nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer Nº 8/CNE/CP, de 6 de março de 2012, que originou a Resolução Nº 1/CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Ampara-se também no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, disponibilizado pelo Ministério da Educação, em 24 de fevereiro de 2018.

c) Possibilidade de discussão de temas transversais, nos termos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que tratam com especificidade desta questão, com ênfase para aqueles que tratam de minorias, diversidade, sexualidade, gênero, entre outros.

d) Formas de acesso às instituições federais, asseguradas pela Lei Nº12.711, de 29 de agosto de 2012.

A inclusão educacional ofertada pelo IFRO atende tanto o aspecto da diversidade como da educação especial (pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades). A Resolução Nº 02/CNE, de 11 de setembro de 2001, define:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a)aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b)aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II- dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III- altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

A Educação Inclusiva das pessoas com necessidades educacionais específicas implica necessariamente em tratar também da Educação Profissional. Um aspecto relevante que entendemos como instrumento fundamental para o exercício desse direito, a educação, e do direito ao trabalho, ou perpassando pela educação profissional, trata-se da acessibilidade.

O IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença, oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus *campi* têm procurado incluir os mais diversos

sujeitos socialmente constituídos, para que façam parte do Sistema Nacional de Educação Básica, Técnica, Tecnológica e Superior, promovendo assim o “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art. 3º, IV), pautando-se, sempre, pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos.

### **3.6.2 Apoio ao discente**

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno. O aluno conta com o atendimento da Coordenação de Apoio ao Educando (CAED), da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), no que compete a estes setores, e também com o apoio do Coordenador do Curso, que está à sua disposição em horários pré-fixados em murais e disponíveis no site da IES. Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com atendimentos especializados. Neste sentido, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante às suas dificuldades especiais de adaptação e de aprendizagem, tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais. (Resolução Nº 35/REIT - CONSUP/IFRO, de 02 de junho de 2020).

Para os alunos que precisem ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões, há ainda a Ouvidoria, que tem atendimento presencial e pelos sistemas de comunicação eletrônica. A Ouvidoria é segmento importante no atendimento e apoio ao discente e está regulamentada em documento próprio.

Os programas de assistência estudantil podem ser de atendimento universal, que engloba todos os estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio, graduação, nas modalidades presencial e presencial-virtual, ou de atendimento a estudantes socioeconomicamente vulneráveis. Esses programas são desenvolvidos por meio das seguintes ações: atenção à saúde e apoio biopsicossocial, acompanhamento e suporte ao ensino, desenvolvimento técnico-científico, pró- cidadania, monitoria, apoio às pessoas com necessidades educativas específicas, educação para diversidade e incentivo a atividades esportivas e lazer.

Os alunos com alguma necessidade que dificulte a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades

Específicas (NAPNE). As principais atividades do NAPNE incluem: possibilitar a oferta de materiais didático- pedagógicos visando promover a acessibilidade metodológica às pessoas com necessidades específicas; desenvolver ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; criar e aplicar estratégias para a garantia da educação inclusiva; e articular-se com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

### 3.7 TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC) NOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

#### 3.7.1 Recursos de informática

O laboratório de informática disponibilizará aos discentes do curso computadores com softwares atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias, para oferecer suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos, ao desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e a outras formas de desenvolvimento de estudo que os docentes definirem como pertinentes em seus planos.

São requisitos mínimos do laboratório de informática do *campus*: computadores conectados à internet; nobreaks adequados para o bom funcionamento dos equipamentos; softwares: pacote de escritório, linguagens de programação, sistemas de gerenciamento de banco de dados etc, preferencialmente livres.

#### 3.7.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um meio onde são viabilizadas atividades de ensino-aprendizagem, com acesso aos materiais didático-pedagógicos, as ferramentas assíncronas e síncronas, às mídias educacionais, além das ferramentas de comunicação, que propiciam as inter-relações sociais. Almeida (2012, p. 331) afirma que:

Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Assim, o objetivo desse ambiente é oferecer recursos para consultar materiais didáticos e textos complementares, realizar atividades didáticas e outras ações relacionadas ao curso, trata-se de uma ferramenta acessada por meio de senha individual, que funcionará como ambiente de apoio à aprendizagem. Será o principal meio de acesso entre professor mediador e alunos, onde serão postados os conteúdos das aulas, atividades, fóruns, entre tantas outras ferramentas que essa plataforma fornece.

O AVA do *Campus* Porto Velho Zona Norte é planejado para atender às demandas da EaD; para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve quanto ao acesso, à navegação e à visualização, e disponibiliza, ainda, os serviços de informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das teleaulas, materiais complementares, contatos, dentre outras estratégias de ensino.

### 3.8 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

Será obedecida a Resolução 45/2017/CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos, finalidades, organização e o funcionamento da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, definindo que:

Art. 13º O acompanhamento dos egressos será realizado com cada turma, após o primeiro semestre de conclusão do curso, estendendo-se, pelo menos, até o terceiro ano após a sua conclusão.

Art. 14º As informações que darão subsídio ao acompanhamento dos egressos serão coletadas por meio de questionário eletrônico, disponibilizado no Portal do Egresso.

Art. 15º Os questionários eletrônicos ficarão disponíveis permanentemente no portal do IFRO, sendo responsabilidade de cada *campus* divulgar e estimular a participação dos egressos.

Art. 16º Os Departamentos de Extensão em articulação com os demais departamentos, por meio de mensagens eletrônicas, solicitarão aos egressos o preenchimento do questionário, seis meses após a conclusão do curso e anualmente até que se completem cinco anos.

Art. 17º As informações obtidas serão disponibilizadas periodicamente no Painel de Indicadores do IFRO e atualizadas semestralmente.

Art. 18º Bianualmente as informações serão organizadas em forma de relatório, que darão origem aos indicadores para uso da Instituição na gestão administrativa e acadêmica.

### 3.9 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia,

cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade; que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico desse curso trabalhará a superação da dicotomia ciência/tecnologia e teoria/prática, concebendo a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, organizará suas ações de modo a incentivar a iniciação científica, o desenvolvimento de atividades com a comunidade, a prestação de serviços. Em suma, incentivará a participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração.

No Curso Técnico em Administração será incentivada a execução das seguintes atividades com o propósito de promover a inter-relação ensino, pesquisa e a extensão:

- a) Projetos de ensino: desenvolver projetos de ensino que impacte em ações de extensão;
- b) Iniciação científica e de extensão: incentivar os discentes, em conjunto com os docentes, a desenvolverem projetos de iniciação científica e de extensão que contribuam para o desenvolvimento local e regional;
- c) Empresa Júnior: fomentar a cultura empreendedora nos alunos, desenvolvendo atividades de mapeamento, racionalização e otimização de trabalhos, envolvendo ensino e extensão;
- d) Feira de negócios: utilizar na prática os assuntos abordados em aulas teóricas sobre empreendedorismo, para que os alunos possam aplicar e treinar as habilidades em trabalhos relacionados ao ramo;
- e) Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) na área de Administração para capacitar, aperfeiçoar e atualizar estudantes que desejem entrar ou retornar ao mercado de trabalho de maneira rápida e eficiente.

### 3.10 CERTIFICAÇÃO

#### 3.10.1 Certificação de conclusão do curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de Técnico Administração, conforme orientações do art. 7º do Decreto Nº 5.154/2004 e Resolução Nº 8/CONSUP/IFRO/2018, que dispõe sobre o Regulamento da Colação de Grau e da Cerimônia de Certificação de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO.

### 3.10.2 Certificação intermediária

Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas profissionais previstas para o curso, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente. A Diretoria de Ensino, juntamente com o Conselho de Classe, decidiu por não ter neste projeto a certificação intermediária, pois a distribuição das disciplinas na matriz curricular não possibilita este tipo de ação.

## 4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO

### 4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei Nº 9.394/1996 e regulamentações do Ministério da Educação. No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

Quadro 4 – Requisitos de formação por disciplina

Disciplinas		Formação Mínima Exigida
1	Informática Aplicada	Graduação em Informática, Ciência da Computação
2	Redação Oficial e Comercial	Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa
3	Matemática Financeira	Licenciatura em Matemática
4	Contabilidade Geral	Graduação em Contabilidade
5	Fundamentos de Administração	Graduação em Administração
6	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	Graduação em qualquer área
7	Fundamentos da Economia e Mercados	Graduação em Economia
8	Direito de Empresa	Graduação em Direito
9	Ética Profissional	Graduação em Filosofia
10	Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional	Graduação em Administração

11	Planejamento Organizacional	Graduação em Administração
12	Administração da Produção e Logística	Graduação em Administração
13	Empreendedorismo, Marketing e Vendas	Graduação em Administração
14	Workshop	Graduação em qualquer área

Fonte: IFRO (2023).

#### 4.2 DOCENTES PARA O CURSO

A equipe de professores que ministrarão as disciplinas do curso será composta pelos docentes do quadro de servidores do *Campus* Porto Velho Zona Norte.

Quadro 5 – Docentes que atuarão no curso e sua formação

Nº	Disciplina	Nome do Professor	CH	RT
1	Informática Aplicada	Marcel Leite Rios	40H	DE
2	Redação Oficial e Comercial	Andreia dos Santos Oliveira	40H	DE
3	Contabilidade Geral	Fernanda Amaral Figueiredo	40H	DE
4	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	Kenia Silva Martins Freitas	40H	DE
5	Matemática Financeira	Rafael Nink de Carvalho	80H	DE
6	Fundamentos da Administração	Jorge W. de Amorim Júnior	80H	DE
7	Fundamentos da Economia e Mercados	Carlo Filipe E. Raimundo	80H	DE
8	Direito Empresarial	Cássia Luciana de Melo Lima	40H	DE
9	Ética Profissional	Cleonete Martins de Aguiar	40H	DE
10	Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional	Caren Stela Máximo Batista	80H	DE
11	Planejamento Organizacional	Marcos Aurélio Borchardt	40H	DE
12	Administração da Produção e Logística	Alberto B. de Oliveira Viana	80H	DE
13	Empreendedorismo, Marketing e Vendas	Willis José Rodrigues	80H	DE
14	Workshop	Guilherme Tadaki T. Gaspar	40H	DE

Fonte: IFRO (2023). Legenda: CH (carga horária); RT (regime de trabalho); DE (dedicação exclusiva)

A seguir apresenta-se o quadro de profissionais e sua experiência, bem como as possibilidades de relações de interdisciplinaridade a fim de considerar a contextualização e a flexibilidade na construção global do perfil profissional.

Quadro 6 – Experiência profissional e titulação do quadro docente

DOCENTE	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA (em anos)	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL FORA DA DOCÊNCIA (em anos)
Guilherme Tadaki Tazo Gaspar	Especialista em Gestão de Pessoas, Desenvolvimento Gerencial e Coaching Especialista em Gestão da Educação a Distância	4,5	7
Marcel Leite Rios	Bacharel em Sistemas de	12	3

	<p>Informação</p> <p>MBA Profissional em Engenharia de Software</p> <p>Especialista em Sistemas de Informação</p> <p>Mestre em Informática, área Ciência da Computação</p>		
Ana Cláudia Dias Ribeiro	<p>Doutora em Letras: Ensino de Língua e Literatura</p> <p>Mestra em Letras</p> <p>Especialista em Mídias na Educação</p> <p>Especialista em Metodologia do Ensino Superior</p>	25	1
Carlo Filipe E. Raimundo	Mestre em Educação	10	7
Cássia Luciana de Melo Lima	Mestre em Educação Profissional e Tecnológica	23	2
Willis José Rodrigues	Especialista em docência do ensino superior	7	12
Kenia Silva Martins Freitas	<p>Especialista em Educação Infantil e Alfabetização</p> <p>Especialista em Música</p>	35	-
Rafael Nink de Carvalho	<p>Mestre em matemática</p> <p>Especialista em Mídias em Educação</p> <p>Especialista em Tecnologias em Educação</p> <p>Especialista em Metodologia do Ensino Superior</p> <p>Especialista em Educação Matemática.</p>	19	-
Fernanda Amaral Figueiredo	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	10	10
Cleonete Martins de Aguiar		22	9
Maray Del Carmen S. Rodrigues	<p>Mestre em Administração (UNIR)</p> <p>Especialista em Administração e Estratégia Empresarial (ULBRA)</p> <p>Especialista em Docência para o Ensino Superior (ULBRA)</p> <p>Especialista em Qualidade e Produtividade (UFSC)</p> <p>Bacharel em Administração (ULBRA)</p> <p>Licenciatura em Ciências - Habilitação em Matemática (UNIR)</p>	33	35

Caren Stela Máximo Batista	Mestre em Administração Especialista em Gestão de Projetos	4,5	12
Marcos Aurélio Borchardt	Mestre em Administração Especialista em Engenharia da Produção Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	12	15
Samuel dos Santos Junio	Mestre em Educação Escolar Especialista em Educação Empreendedora	11	5

Fonte: IFRO (2023).

#### 4.3 ÍNDICES DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO

A seguir apresenta-se a correlação feita entre o número de profissionais docentes que atuam no curso, sua titulação e área de formação.

Quadro 7 – Correlação entre quantitativo de profissionais, titulação e área de formação

TITULAÇÃO	QTDE	% DO TOTAL	NA ÁREA DO CURSO		EM OUTRAS ÁREAS	
			QTDE	% DO TOTAL	QTDE	% DO TOTAL
Doutorado	1	7%	0	0	1	7%
Mestrado	10	71,5%	3	21,5%	7	50%
Especialização	3	21,5%	1	7%	2	14,5%
TOTAL	14	100%	4	28,5%	10	71,5%

Fonte: IFRO (2023).

#### 4.4 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar se baseia na Resolução nº 023/REIT-CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, que regulamenta os Programas de Assistência Estudantil do IFRO, que tem como objetivos: a. Implementar as condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo; b. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral; c. Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais; d. Reduzir as taxas de retenção e evasão; e. Promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais. Os Programas de Assistência Estudantil do IFRO visam ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo do estudante, bem como conceder auxílios financeiros aos alunos com vulnerabilidade social

para compra de material de distribuição gratuita, compra de material de consumo, despesas com passagens e deslocamentos, alimentação, entre outros.

#### 4.5 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

O IFRO é uma instituição que oferece cursos desde a educação básica até a pós-graduação *stricto sensu*. Tem, pois, como previsão, ampliar o leque de oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização, de modo a aproveitar as potencialidades de sua equipe e, conseqüentemente, ampliá-las. A formação em nível de mestrado e doutorado é um requisito fundamental nas instituições com essa abrangência. No IFRO, os quadros de especialização devem ser implementados com a urgência decorrente da própria demanda social na região, que carece de formação superior para atuação nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

A formação continuada, como política de ensino e de extensão, visa à ampliação do nível de escolaridade dos docentes e pessoal de apoio administrativo. Essa formação atenderá à Política de Capacitação de Servidores do IFRO, envolvendo tanto os cursos de elevação vertical dos níveis de escolaridade quanto aqueles que sejam complementares e específicos às necessidades apresentadas pontualmente. Além dos cursos, são previstos, na mesma política, a participação dos servidores em outros eventos formadores, como congressos, fóruns, simpósios, seminários, colóquios e diversas outras formas de encontro. A partir dos interesses demonstrados objetivamente pelos servidores, o IFRO tem investido em logística de liberação e no custeio da participação de docentes, técnicos administrativos em educação e gestores nos eventos de formações locais, nacionais e internacionais.

### 5 GESTÃO ACADÊMICA

O *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se de modo que o curso seja ministrado por meio do trabalho cooperativo, que envolve o apoio de órgãos colegiados e pessoal pedagógico-administrativo.

#### 5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do Curso trabalha em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e do próprio curso. A coordenação do curso será realizada por um profissional com elevado grau de formação e titulação, experiência

profissional e acadêmica e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionados ao curso. O coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e disponibilizar tempo à coordenação.

## 5.2 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão consultivo e deliberativo, composto por todos os professores do curso, pedagogos, Diretor-Geral do *campus*, Diretor de Ensino, Coordenador de Apoio ao Ensino, Coordenador de Registros Acadêmicos e os demais servidores que atuam diretamente com o atendimento pedagógico ao aluno, além de alunos líderes de turma.

As competências e a forma de funcionamento do conselho estão previstas no Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

## 5.3 ASSESSORAMENTO AO CURSO

### 5.3.1 Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Esta diretoria conta com as seguintes seções de apoio: Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos, Coordenação de Biblioteca e Coordenação de Educação a Distância.

O Departamento de Apoio ao Ensino desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange à elaboração, tramitação, organização, ao recebimento e à expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino. Com o auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, atua na dimensão do ensino técnico para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

A Coordenação de Assistência ao Educando desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; é o setor responsável pelo desenvolvimento dos programas de assistência estudantil. É constituída por uma equipe multiprofissional, cujo principal objetivo é prestar apoio aos estudantes do *campus*, ampliando as condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo, na perspectiva da equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

A Coordenação de Registros Acadêmicos registra, acompanha, informa e realiza o controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

A Coordenação de Biblioteca registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso de obras impressas ou em outras mídias.

A Coordenação de Educação a Distância, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é o setor responsável pela execução das atividades do ensino a distância no *campus*, realizando, em consonância com o Departamento de Apoio ao Ensino, o planejamento, a organização a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à oferta de cursos nesta modalidade.

### **5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)**

O NAPNE é um setor de assessoramento para o atendimento educacional de estudantes que apresentem necessidades educacionais específicas. O Núcleo tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais. O NAPNE tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas. A equipe nomeada para núcleo colabora com o corpo docente e Coordenação de Curso quanto à (ao) (s): atendimento especializado/específico; adaptação curricular e metodológica (parte teórica e parte prática); avaliação diferenciada conforme a necessidade específica apresentada; tecnologias assistivas; apoio/acompanhamento pedagógico; produção de material didático; possibilidade de

ampliação do prazo máximo de integralização do curso (após análise do conselho); terminalidade específica (ver Resolução N° 2/2013/CNE/CEB).

### **5.3.3 Departamento de Extensão**

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *campus*; participa das atividades de divulgação e da aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro da comunidade interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam o fomento do ensino e da aprendizagem; utiliza, como estratégias, a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

Ligado ao Departamento de Extensão está a Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC) e Coordenação de Formação Inicial e Continuada. A Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, que cumpre as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho e estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores; desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente; constrói bancos de dados de formandos e egressos; faz as diligências para excursões e visitas técnicas, entre outras funções. A Coordenação de Formação Inicial e Continuada articula a elaboração, acompanha a execução e avalia os projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, entre outras atividades inerentes ao Departamento de Extensão.

### **5.3.4 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**

Atende às necessidades da instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Atualmente possuem duas coordenações subordinadas a esse departamento: Coordenação de Pesquisa e Inovação e Coordenação de Pós-Graduação.

A Coordenação de Pesquisa e Inovação trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros, além de projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

A Coordenação de Pós-Graduação trabalha com o desenvolvimento institucional de programas de pós-graduação, visando articular as áreas de atuação do *campus* com a proposição de cursos de pós-graduação voltados aos segmentos que possibilitem o desenvolvimento de novas competências, tanto institucionais quanto pessoais para alunos e servidores da instituição.

### **5.3.5 Equipe Técnico-Pedagógica**

A Equipe Técnico-Pedagógica é responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição escolar. É um trabalho de liderança que ajuda a instituição a desempenhar melhor o seu processo de ensino-aprendizagem, em função de uma educação de qualidade oferecida aos alunos.

Equipe Técnico-Pedagógica atende aos pais e alunos, orientando-os para um melhor aproveitamento das atividades escolares, além de serem responsáveis pela coordenação, implantação e implementação da proposta pedagógica do estabelecimento. É responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição, funcionando como um elo que une as partes envolvidas no ensino e aprendizagem dos alunos, estabelecendo uma ponte entre direção, professores, alunos e pais, formando uma rede interligada por interesses comuns. Essa equipe é composta pela diretoria de Ensino, orientador educacional, pedagogo, técnico em assuntos educacionais, Corpo Docente e Responsável pela Biblioteca Escolar.

## **6 INFRAESTRUTURA**

### **6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS**

O *Campus* Porto Velho Zona Norte funciona na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor - Industrial, do município, e disponibiliza infraestrutura adequada para o desenvolvimento do curso. As salas são construídas em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco e massa acrílica, e o revestimento interno possui reboco,

massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (conjuntos sanitários), com portas internas metálicas e janelas com vidro temperado. A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local.

Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomada e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra. Todos os ambientes são climatizados por ar condicionado tipo split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas. A instalação hidrossanitária atende às normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança. O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

O *campus* conta com os seguintes recursos de hiperídia: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, estúdio de transmissão e gravação, impressoras, scanners entre outras aquisições que serão realizadas.

## 6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

### 6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

O IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, devendo atender o estabelecido na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

### 6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

Diante da matrícula de aluno(a) com deficiência visual, o *campus* providenciará os recursos e/ou equipamentos que favoreçam a acessibilidade, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos, com a colaboração do NAPNE do *campus*.

### 6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Diante da necessidade, serão solicitados servidores ou prestadores de serviço para a tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais, bem como recursos ou equipamentos

de tecnologia assistiva que favoreçam a acessibilidade aos alunos, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem, com a colaboração do NAPNE do *campus*.

### 6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

#### 6.3.1 Laboratórios

Atualmente o *campus* dispõe de 3 laboratório de informática: 2 deles com 42 e 1 com 30 computadores, nobreaks, softwares atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias, para oferecer suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos, ao desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e a outras formas de desenvolvimento de estudo que os docentes definirem como pertinentes em seus planos.

### 6.4 BIBLIOTECA

O *campus* oferece uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado e organizado, contendo espaços com computadores com acesso à internet e acervo bibliográfico físico e digital. Entende-se que esse acervo deve ser objeto de estudo e disponibilizado aos alunos para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais.

Além disso, docentes e alunos poderão contar com uma biblioteca virtual, com livros, revistas, artigos em formato digital, links, vídeos, faixas de áudio e objetos de aprendizagem, que podem ser acessados de qualquer lugar.

Os alunos têm acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a outros bancos de periódicos públicos e privados, nacionais e internacionais.

## 7 TECNOLOGIA DE EAD

### 7.1 FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM

a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): Todos os cursistas terão acesso a este espaço que conterà, dentre outros recursos, fóruns, *chats* e múltiplos espaços de interação entre professor, tutores e colegas, ou seja, um ambiente de troca de experiências, esclarecimento de dúvidas com múltiplas possibilidades de desenvolver a aprendizagem.

b) Biblioteca Virtual: Livros e periódicos estarão disponíveis na biblioteca virtual do IFRO, com amplo acesso de forma remota por todos os alunos do curso.

## **8 BASE LEGAL**

Entre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. No entanto, devem ser considerados todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, forem determinados como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da Rede Federal.

### **8.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL**

1. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016);
2. Constituição da República Federativa do Brasil (1988);
3. Decreto Nº 5.154/2004: regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei Nº 9.394/1996;
4. Lei Nº 9.394/1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
5. Lei Nº 11.788/2008: dispõe sobre o estágio;
6. Lei Nº 11.892/2008: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
7. Parecer CNE/CEB Nº 39, de 08 de dezembro de 2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto Nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
8. Resolução CNE/CEB Nº 01/2021: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Formação de Educadores a Distância na Pós-Graduação: Potencialidades para o desenvolvimento da investigação e produção de conhecimento. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1053-1072, out.-dez. 2012.

ARAÚJO, T. G. **O papel do professor mediador na elaboração do conhecimento na formação técnica.** Portal Educação, 2016. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/o-papel-do-professor-mediador-na-elaboracao-do-conhecimento-na-formacao-tecnica/73007>. Acesso em: 04 out. 2019.

BRASIL. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, 2022. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. Decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. **Lei Federal N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei N° 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm). Acesso em: 15 nov. 2020.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de janeiro de 2021** - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução N° 3/MEC, de 21 de novembro de 2018. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622). Acesso em: 20 jun. 2019.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução N° 2, de 30 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192). Acesso em: 20 jan. 2020.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução N° 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Resolução N° 36, de 13 de julho de 2009. Estabelece orientações, diretrizes, critérios e normas para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (Programa e-Tec Brasil), nos termos da Lei N° 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, a partir do exercício de 2009. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3337-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-36-de-13-de-julho-de-2009>. Acesso em: 20 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Número de empresas atuantes (2006-2017)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/pesquisa/19/29765?tipo=ranking&indicador=29762&ano=2016>. Acesso em: 24 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB Municípios (2006-2017)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>. Acesso em: 24 nov. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução N° 07/2018/CONSUP/IFRO**. Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução N° 24/2019/CONSUP/IFRO**. Regulamento do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução N° 45/2017/CONSUP/IFRO**. Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Resolução N° 11/REIT - CONSUP/IFRO, de 25 de abril de 2023 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução N° 88/2016/CONSUP/IFRO**. Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2016.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

OLIVEIRA, P. F.; SUELE, K. K. S. **O Papel do Tutor Mediador na Modalidade de Educação a Distância**. 2017. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/tutoreducaodistancia/index.php>. Acesso em: 04 fev. 2020.

## APÊNDICE – EMENTA DAS DISCIPLINAS

### Módulo I

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	INFORMÁTICA APLICADA	Carga Horária	40H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	1º
<b>Ementa</b>			
Introdução à Informática: Noções de <i>hardware</i> e <i>software</i> ; Sistema operacional. Editor de texto; Formatação de textos: Fonte, parágrafo, alinhamentos, bordas, tabulações etc; Inserção de figuras, cabeçalho, rodapé, notas de rodapé, tabelas, sumário etc; Elaboração de documentos. Planilha eletrônica: Formatação de células: Fonte, alinhamentos, bordas, mesclagem etc; Inserção de anotações, células, linhas, colunas etc. Filtros, classificação e fórmulas: operações básicas, somatório, média, condicionais etc. Elaboração de planilhas: exemplo de planilhas aplicadas às finanças.			
<b>Referências Básicas</b>			
BENINI FILHO, Pio Armando; MARÇULA, Marcelo. <b>Informática: conceitos e aplicações</b> . 3. ed. S. São Paulo: Erica, 2010.			
MANZANO, André L. N. Q.; MANZANO, Maria Izabel N.G. <b>Estudo Dirigido de Microsoft Office Word 2007</b> . S.P.: Erica, 2006.			
SILVA, Mario Gomes. <b>Informática: Terminologia Básica, Windows Xp e Office Word</b> . São Paulo: Erica, 2002.			
VELLOSO, Fernando de Castro. <b>Informática: Conceitos Básicos</b> . 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.			
<b>Referências Complementares</b>			
ALMEIDA, Marcus Garcia de. <b>Automação de Escritórios com Office 2000</b> . São Paulo: BRASPORT, 2001.			
GONZALEZ, Karin Gizelle. <b>Integração Microsoft Office Xp Professional</b> . São Paulo: SENAC, 2005.			
MANZANO, André Luiz N.g. <b>Estudo Dirigido de Microsoft Office Power Point 2003</b> . Col. P.d. São Paulo: Erica, 2003.			

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	REDAÇÃO OFICIAL E COMERCIAL	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	1º
<b>Ementa</b>			
Redação Científica. Textos Técnicos de Instrução, Oficiais e Comerciais: ofício, declaração, requerimento, Ata, Carta Comercial, e-mail, Relatório. Normas de Formatação de Documentos Oficiais.			
<b>Referências Básicas</b>			
CÂMARA JR., J. Mattoso. <b>Manual de Expressão Oral e Escrita</b> . 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.			
CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. <b>Gramática Reflexiva: Texto, Semântica e Interação</b> . 4. ed. S.P.: Atual, 2013.			
FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. <b>Como Ler, Entender e Redigir um Texto</b> . 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.			
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. <b>Para entender o texto: leitura e redação</b> . 17. ed. São Paulo: Ática, 2008.			
GARCEZ, L. H. do C. <b>Técnica de redação: o que é preciso saber para escrever</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2002.			

JESUS, Sérgio N.; BARBOSA, Ingrid L M.; SILVA, Albertina N.P. **Português Instrumental**. Cuiabá: UFMT/IFRO, 2013.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A Coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português Instrumental**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João B. **Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 12. ed. S.P.: Atlas, 2014.

#### Referências Complementares

INFANTE, Ulisses. **Do Texto ao Texto: Curso prático de leitura e redação**. São Paulo: Scipione, 2002.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúcia Scliar. **Português Instrumental: De acordo com as atuais normas da ABNT**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática da Língua Portuguesa**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
<b>Disciplina</b>	CONTABILIDADE GERAL	<b>Carga Horária</b>	40 H
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Semestre</b>	1º
<b>Ementa</b>			
Conceito, objetivo e finalidade. Representação gráfica do patrimônio. Contas patrimoniais e de resultado. Métodos de escrituração contábil. Demonstração Contábil: Demonstração de Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial.			
<b>Referências Básicas</b>			
IUDÍCIBUS, Sérgio, D.; José Carlos Marion. <b>Curso de Contabilidade para não Contadores</b> . 9. ed. Grupo GEN, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca.			
MARION, José C. <b>Contabilidade Básica</b> . 13 ed. Grupo GEN, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca.			
RIBEIRO, Osni M. <b>Básica Contabilidade Fácil</b> . 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: Minha Biblioteca.			
<b>Referências Complementares</b>			
BONHO, Fabiana, T. <i>et al.</i> <b>Contabilidade Básica</b> . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.			
CREPALDI, Silvio A. <b>Curso Básico de Contabilidade</b> , 7. ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2013.			
PADOVEZE, Clóvis L. <b>Manual de Contabilidade Básica: Contabilidade Introdutória e Intermediária</b> . 10. ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016.			
PADOVEZE, Clóvis L. <b>Contabilidade Geral - Facilitada</b> . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.			

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
<b>Disciplina</b>	MATEMÁTICA FINANCEIRA	<b>Carga Horária</b>	80 H
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Semestre</b>	1º
<b>Ementa</b>			

Proporções e grandezas. Porcentagens. Aumentos e Descontos. Valor do dinheiro no tempo. Juros simples e compostos. Taxas de juros: proporcionais e equivalentes. Descontos simples e compostos. Séries de pagamento: conceitos, classificações e aplicações. Amortização: conceito e aplicações.

#### Referências Básicas

CRESPO, Antônio A. **Estatística fácil**. São Paulo: Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788502122345. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502122345/>. Acesso em: 27 out. 2022.

SOBRINHO, José Dutra V. **Matemática Financeira**. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597015461. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015461/>. Acesso em: 27 out. 2022.

VERAS, Lilia Ladeira. **Matemática financeira**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478545/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

#### Referências Complementares

BRANCO, Anísio Costa C. **Matemática financeira aplicada: Método Algébrico, HP-12C e Microsoft Excel®**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522122721. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122721/>. Acesso em: 27 out. 2022.

NETO, Alexandre A. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021615. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021615/>. Acesso em: 27 out. 2022.

POMPEO, José Nicolau; HAZZAN, Samuel. **Matemática financeira**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502618176/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

PUCCHINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira: objetiva e aplicada**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587958064/>. Acesso em: 27 out. 2022.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
<b>Disciplina</b>	ORIENTAÇÃO PARA A PESQUISA E PRÁTICA PROFISSIONAL	<b>Carga Horária</b>	40 H
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Semestre</b>	1º
<b>Ementa</b>			
Elaboração de relatórios. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Concepção de estágio. Legislação e operacionalização do estágio.			
<b>Referências Básicas</b>			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NBR 6023</b> : informação e documentação; referências; elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. <b>Metodologia científica</b> . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.			
FRANZIN, Sergio Francisco Loss. <b>Orientação para prática profissional e pesquisa</b> . Cuiabá: UFMT, 2013.			
FURASTÉ, Pedro Augusto. <b>Normas Técnicas para o Trabalho Científico</b> . 17. ed. PortoAlegre: Dáctilo Plus, 2015.			
LAKATOS, M.; MARCONI, M. de A. <b>Fundamentos de metodologia científica</b> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
<b>Referências Complementares</b>			
AZEVEDO, C. B. <b>Metodologia científica ao alcance de todos</b> . 2. ed. São Paulo: Manole, 2009.			
BRASIL. <b>Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008</b> . Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília: Senado Federal, 2008.			
ISKANDAR, J. I. <b>Normas da ABNT</b> : comentadas para trabalhos científicos. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2010.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <b>Técnicas de pesquisa</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
MATTAR, J.; MATTAR NEGO, J. A. <b>Metodologia científica na era da informática</b> . São Paulo: Saraiva,			

2002.

OLIVEIRA, J. L. de. **Texto acadêmico**: técnicas de redação e pesquisa científica. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>			
<b>CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO</b>			
<b>Disciplina</b>	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	<b>Carga Horária</b>	80 H
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Semestre</b>	1º
<b>Ementa</b>			
Principais teorias da administração de empresas. Funções e habilidades do administrador. Empresas e estruturas organizacionais. Fundamentos de gestão empresarial e de pessoas. Planejamento, organização, direção e controle. A ética e a responsabilidade social nas organizações contemporâneas. Organograma e fluxogramas. Departamentalização. As principais tendências da administração das organizações empresariais.			
<b>Referências Básicas</b>			
CHIAVENATO, I. <b>Introdução à Teoria Geral da Administração</b> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.			
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. <b>Fundamentos da Administração</b> : manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2007.			
RICCIO, V. <b>Administração Geral</b> . Rio de Janeiro: FGV, 2012.			
STADLER, Adriano. <b>Fundamentos da Administração</b> . Paraná: IFPR, 2011.			
<b>Referências Complementares</b>			
ARAÚJO, Luís Cesar G. de. GARCIA, Adriana Amadeu. <b>Teoria Geral da Administração</b> : orientação para escolha de um caminho profissional. São Paulo: Atlas, 2010.			
MAXIMIANO, A. C. A. <b>Administração para empreendedores</b> : fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006;			
MOTTA, Fernando C. Prestes. <b>Teoria geral da administração</b> . 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.			
OLIVEIRA, Otávio J. <b>Gestão Empresarial</b> : Sistemas e Ferramentas. São Paulo: Atlas, 2007.			
SANTOS, Rubens da Costa. <b>Manual de Gestão Empresarial</b> : conceitos e aplicações nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2007.			

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>			
<b>CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO</b>			
<b>Disciplina</b>	FUNDAMENTOS DA ECONOMIA E MERCADOS	<b>Carga Horária</b>	80 H
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Semestre</b>	1º
<b>Ementa</b>			
Fundamentos das economias de mercado: princípios e teorias econômicas, conceitos, objeto, objetivos e problemas econômicos fundamentais, fluxo circular das atividades econômicas. Noções de microeconomia: funcionamento dos mercados: curva de oferta, curva de demanda e equilíbrio de preços de mercado. Noções de estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística. Noções macroeconomia: política fiscal, política monetária, política cambial, política de rendas e política industrial. Noções de economia monetária: sistema financeiro nacional, mercado financeiro, Inflação. Noções de economia internacional: exportação, importação, balanço de pagamentos e instituições reguladoras. Noções de crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. Noções de economia regional: setores econômicos em expansão em Rondônia e arranjos produtivos locais e regionais.			
<b>Referências Básicas</b>			
AGUIAR, João Batista Teixeira de. <i>et al.</i> <b>Introdução à Economia</b> . Porto Velho/RO: rede e-Tec Brasil/IFRO, 2017.			

MANKIWI, N.G. **Introdução à Economia**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Francisco Rodrigues dos. **Fundamentos de Economia**. Cuiabá: rede e–Tec Brasil/IFRO/UFMT, 2013.

SILVA, César Roberto Leite de; SINCLAIR Luiz. **Economia e mercados: introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: Minha Biblioteca.

TIUSSI, Ton Denise *et al.* **Economia Regional**. Cuiabá – MT: rede –Tec Brasil/IFRO/2020.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

**Referências Complementares**

CARVALHO, Fernando J. C. *et al.* **Economia Monetária e Financeira: teoria e política**. 3 ed. R.J.: Atlas, 2015.

CARVALHO, Denise da Silva Mota. **Economia Circular**. São Paulo: Platos Soluções Educacionais, 2012.

GIAMBIAGI, Fábio *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2021.

GREMAUD, Amaury Patrick *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAY, Peter H. *et al.* (org.). **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

MATESCO, Virene. *et al.* (org.). **Economia Aplicada: empresas e negócios**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PINHO, Diva Benevides *et al.* (org.). **Manual de Economia da USP**. 7 ed. São Paulo, Saraiva, 2017.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

YUNUS, Muhammad. **Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

## Módulo II

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	ÉTICA PROFISSIONAL	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
<b>Ementa</b>			
Fundamentos filosóficos da ética e da moral. Deontologia profissional e a importância do código de ética. Ética aplicada à gestão e as relações interpessoais no trabalho. Dilemas éticos no mundo contemporâneo.			
<b>Referências Básicas</b>			
ARANTES, Elaine Cristina. <b>Ética empresarial</b> . Paraná: IFPR, 2012. Disponível em: <a href="http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1331/Etica%20Empresarial%202012%20ISBN.pdf?sequence=1">http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1331/Etica%20Empresarial%202012%20ISBN.pdf?sequence=1</a> . Acesso em: 07 nov. 2019.			
GALLO, Silvio. <b>Ética e cidadania: caminhos da filosofia</b> . São Paulo: Papyrus, 2012.			
PASSOS, Elizete. <b>Ética nas organizações</b> . São Paulo: Atlas, 2012.			
VALLS, Álvaro Luiz Montenegro. <b>O que é ética</b> . São Paulo: Brasiliense, 2013.			
VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. <b>Ética</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.			
<b>Referências Complementares</b>			

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2012.

OLIVEIRA, Antônio Roberto. **Ética profissional**. Pará: IFPA-Belém, 2012. Disponível em: [http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/374/etica\\_profissional.pdf?sequence=1](http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/374/etica_profissional.pdf?sequence=1). Acesso em: 07 nov. 2019.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	DIREITO DE EMPRESA	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
<b>Ementa</b>			
A Empresa e o Direito. Empresário individual. Principais Figuras Societárias e suas Implicações. Direitos do Consumidor e Práticas Empresariais Abusivas. A Tributação e o Empreendimento: Principais Espécies Tributárias e Elisão Fiscal.			
<b>Referências Básicas</b>			
ALMEIDA, Fabrício Bolzan D. <b>Direito do Consumidor</b> . 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (Coleção Esquematizado®). Disponível em: Minha Biblioteca.			
BRASIL. <b>Código de defesa do consumidor</b> . Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.			
BRASIL. <b>Código Civil</b> . Lei Nº 10.406, 10 de janeiro de 2002.			
BRASIL. <b>Código Tributário Nacional</b> . Lei Nº 5172, de 25 de outubro de 1966.			
MAMEDE, Gladston. <b>Manual de Direito Empresarial</b> . 16. ed. Grupo GEN, 2022. Disponível: Minha Biblioteca.			
NOVAIS, Rafael. <b>Direito Tributário Facilitado</b> . 6. ed. Grupo GEN, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca.			
<b>Referências Complementares</b>			
NUNES, Rizzato. <b>Curso de Direito do Consumidor</b> . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível: Minha Biblioteca.			
SABBAG, Eduardo. <b>Manual de Direito Tributário</b> . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível: Minha Biblioteca.			
VIDO, Elisabete. <b>Curso de Direito Empresarial</b> . 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível: Minha Biblioteca.			

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	GESTÃO DE PESSOAS E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	Carga Horária	80 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
<b>Ementa</b>			
Introdução a gestão de pessoas; Evolução histórica da área de Gestão de Pessoas; as mudanças no mundo do trabalho; planejamento e gestão estratégica de pessoas. Captação e seleção de pessoas; avaliação de desempenho; plano de cargos; remuneração e benefícios; Gestão de carreiras, turnover; estratégias de valorização de retenção de talentos. Treinamento e desenvolvimento; Relacionamento Interpessoal. Estilos de liderança; cultura organizacional, clima organizacional e qualidade de vida no trabalho. Gestão do conhecimento e educação corporativa.			
<b>Referências Básicas</b>			

BARBIERI, Ugo F. **Gestão de Pessoas nas Organizações: Conceitos Básicos e Aplicações.** São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597003062.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional: A Dinâmica do Sucesso das Organizações.** São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597027778.

DUTRA, Joel S.; DUTRA, Tatiana A.; DUTRA, Gabriela A. **Gestão de Pessoas.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597013320.

VERGARA, Sylvia C. **Gestão de Pessoas.** 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597007985.

#### Referências Complementares

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel da Gestão do Talento Humano.** São Paulo: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024074.

DA COSTA, Silvia Generali. **Comportamento Organizacional: Cultura e Casos Brasileiros.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 978-85-216-2582-7.

DOS OLIVEIRA, Luana Y. Miolo D.; OLIVEIRA, Pablo R B.; SAWITZKI, Roberta; SANTOS, Andrea B. W. **Gestão de pessoas.** Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595023901.

MARRAS, Jean P. **Gestão estratégica de pessoas: Conceitos e tendências.** São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502160682

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
<b>Ementa</b>			
A administração estratégica. O processo administrativo. Conceito, níveis e importância do planejamento. Controle através do Balanced Scorecard (BSC). Análise ambiental: interna, micro e macro. Missão, visão e valores. Fatores críticos de sucesso. Recursos, capacidades e competências essenciais. Matriz SWOT. Cinco forças de Porter. Estratégias genéricas de competição. O modelo VRIO. A cadeia de valor. Plano de Ação - 5W2H. Matriz BCG.			
<b>Referências Básicas</b>			
CHIAVENATO, Idalberto. <b>Introdução à Teoria Geral da Administração.</b> 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.			
HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. <b>Administração Estratégica: competitividade e globalização.</b> 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.			
KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. <b>A Estratégia em Ação.</b> 32ª reimp. Rio de Janeiro: Campus, 2000.			
PORTER, Michael E. <b>Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência.</b> 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.			
<b>Referências Complementares</b>			
HOOLEY, Graham; SAUNDERS, John. <b>Pensamento competitivo.</b> São Paulo: MakronBooks, 1996.			
KOTLER, Philip. <b>Marketing essencial.</b> 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.			
LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. <b>Administração: princípios e tendências.</b> São Paulo: Saraiva, 2006.			
MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. <b>Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico.</b> Porto Alegre: Bookman, 2000.			
ROBBINS, Stephen P. <b>Administração: mudanças e perspectivas.</b> São Paulo: Saraiva, 2006.			

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E LOGÍSTICA	Carga Horária	80 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
<b>Ementa</b>			
Produtos e serviços. Evolução dos sistemas de Administração da Produção: Taylorismo, Fordismo, Toyotismo e novas abordagens da administração da produção. Sistemas de produção. Planejamento, Programação e controle da produção. A importância da Logística; Logística e a Cadeia de Suprimentos (Supply chain Management); Armazenagem e Distribuição; Modais de Transporte; Gestão de Estoques; Administração de Materiais. Logística Reversa. Administração de materiais. Traçado do sistema de produção. Estrutura Organizacional; Layout; Gráficos de organização; Formulários; Manuais Administrativos; Indicadores de Desempenho Organizacional.			
<b>Referências Básicas</b>			
CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos. <b>Logística Operacional:</b> Guia prático. 3. ed. São Paulo: Érica, 2013.			
CHIAVENATO, Idalberto. <b>Gestão da Produção:</b> Uma Abordagem Introdutória. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2022.			
DIAS, Marco Aurélio P. <b>Administração de Materiais:</b> uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
GOULART, Verci Douglas Garcia. <b>Logística de transporte:</b> gestão estratégica no transporte de cargas. São Paulo: Érica, 2018.			
LAUGENI, Fernando, P.; MARTINS, Petrônio Garcia. <b>Administração da produção.</b> 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: Minha Biblioteca.			
NOGUEIRA, Amarildo de Souza. <b>Logística empresarial:</b> uma visão local com pensamento globalizado. São Paulo: Atlas, 2012.			
PAOLESCHI, Bruno. <b>Almoxarifado e Gestão de Estoques:</b> do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque. São Paulo: Érica, 2009.			
SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. <b>Administração da produção.</b> São Paulo: Atlas, 2002.			
WIENEKE, Falko. <b>Gestão da produção.</b> Blucher, 2008. Disponível em: Minha Biblioteca.			
<b>Referências Complementares</b>			
BALLÉ, Michael <i>et al.</i> <b>A Estratégia Lean:</b> Para Criar Vantagem Competitiva, Inovar e Produzir com Crescimento Sustentável. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.			
BOWERSOX, Donald J. <i>et al.</i> <b>Gestão logística da cadeia de suprimentos.</b> Porto Alegre : AMGH, 2014: Grupo A, 2014. E-book. ISBN 9788580553185			
DIAS, Marco Aurélio P. <b>Administração de Materiais:</b> Uma Abordagem Logística. São Paulo: Atlas, 2019: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597022100.			
LAUGENI, Fernando, P.; MARTINS, Petrônio Garcia. <b>Administração da Produção.</b> Série Fácil. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: Minha Biblioteca.			
LIKER, Jeffrey, K.; CONVIS, Gary L. <b>O modelo Toyota de liderança Lean:</b> como conquistar e manter a excelência pelo desenvolvimento de lideranças. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014.			
SHINGO, Shigeo. <b>O sistema Toyota de produção:</b> do ponto de vista da engenharia de produção. Grupo A, 1996. Disponível em: Minha Biblioteca.			
WERKEMA, Cristina. <b>Lean Seis Sigma:</b> Introdução às Ferramentas do Lean Manufacturing. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2011.			

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	EMPREENDEDORISMO, MARKETING E VENDAS	Carga Horária	80 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
<b>Ementa</b>			
<p>Perfil do empreendedor. Tipos de empreendedor. Negócios e Arranjos produtivos. Criatividade, flexibilidade e inovação. Startups: conceitos e definições. Metodologia lean aplicada ao empreendedorismo. Produto Mínimo Viável: Aprendizado e validação com base na interação com o cliente. Melhoria contínua do modelo de negócios: Ciclo construir-medir-aprender. Pivotagem. A busca de financiamento; Crescimento sustentável. A assessoria para o negócio. Questões legais de constituição da empresa: tributos, marcas e patentes. Oportunidades na ecoinovação. Questões legais de constituição da empresa: tributos, marcas e patentes. Conceitos centrais do marketing; o marketing empresarial e seu ambiente; o marketing e o consumidor; segmentação de mercado; novas direções do marketing; trade marketing; buzz marketing/marketing viral ou de guerrilha; o benchmarking; composto de marketing; vendas; tipos de clientes; pesquisa de marketing; tendências no marketing e plano de marketing. Apresentação pessoal e postura no atendimento. Técnicas de abordagem do cliente. Técnicas de atendimento e vendas. Prospecção e gestão do relacionamento com o cliente.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. <b>Design thinking</b>. (Design básico). Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2010.</p> <p>ANUNCIACÃO, Heverton. <b>Atendimento ao cliente</b>: profissionais que revolucionaram o campo da experiência do cliente. Alta Books, 2021. E-book. ISBN 9786555202533. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555202533/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555202533/</a>. Acesso em: 07 nov. 2022.</p> <p>BALLÉ, Michael <i>et al.</i> <b>A Estratégia Lean</b>: Para Criar Vantagem Competitiva, Inovar e Produzir com Crescimento Sustentável. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.</p> <p>BARCELLOS, Ricardo; SCHELELA, Simone S. <b>Marketing e Vendas</b>. Curitiba: IFPR, 2012.</p> <p>CASAS, Alexandre Luzzi L. <b>Plano de Marketing para Micro e Pequena Empresa</b>. 6. ed. Grupo GEN, 2011. E-book. ISBN 9788522483099. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522483099/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522483099/</a>.</p> <p>FARIAS, Cláudio; DUSCHITZ, Caroline; CARVALHO, Gustavo M D. <b>Marketing aplicado (Tekne)</b>. Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788582602782. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602782/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602782/</a>.</p> <p>KOTLER, Philip. <b>Administração de marketing</b>. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. (Disponível na biblioteca do <i>campus</i>).</p> <p>MAURYA, Ash. <b>Comece sua startup enxuta</b>. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: Minha Biblioteca.</p> <p>TANI, Zuleica R. <b>Atendimento ao Público</b>. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. ISBN 9788536530628. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530628/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530628/</a>. Acesso em: 07 nov. 2022.</p> <p>TAJRA, Sanmya; RIBEIRO, Joana. <b>Inovação na Prática</b>. Alta Books, 2020. Disponível em: Minha Biblioteca.</p> <p>TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan Moreira. <b>Startups e inovação</b>: direito no empreendedorismo. 2. ed. Manole, 2020. Disponível em: Minha Biblioteca.</p> <p>VILENKY, Renata. <b>Startup</b>: Transforme problemas em oportunidade de negócios. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: Minha Biblioteca.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
BERNARDES, R.; ANDREASSI, T. <b>Inovação em serviços intensivos em conhecimento</b> . São Paulo:			

Saraiva, 2007.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 2005.

JOHNSON, Spencer. **Quem mexeu no meu queijo? Para jovens**. São Paulo: Record, 2003.

PINCHOT, Gifford; PELLMAN, Ron. **Intra-empendedorismo na prática: um guia de inovação nos negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ROCHA, Marcos Donizete A.; OLIVEIRA, Sérgio Luís Ignacio D. **Gestão estratégica de marcas**. (Coleção Marketing em Tempos Modernos). São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547218164. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547218164/>.

SANTOS, Renato Lima; SOUZA, Lady Day Pereira. **Empendedorismo**. Cuiabá: UFMT, 2013.

SNELL, Scot A. **Novo cenário competitivo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WELLINGTON, Pat. **Atendimento eficaz ao cliente**. São Paulo: Clio, 2011.

ZENONE, Luiz C. **Fundamentos de Marketing de Relacionamento**. 2. ed. Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597013764. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013764/>. Acesso em: 07 nov. 2022.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	WORKSHOP	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
<b>Ementa</b>			
<p>Integra e contextualiza os conhecimentos do curso; A proposta desta disciplina é colocar em prática ferramentas e metodologias estudadas no curso, por meio da proposta da vivência de desenvolvimento de um projeto de abertura de um negócio e/ou produto; Desta forma o docente poderá alinhar de forma antecipada com os demais docentes do semestre a integração dos principais conteúdos e técnicas que serão trabalhados nas disciplinas, para aplicação da prática na carga horária da disciplina. Como sugestão poderá também organizar a turma em pequenos grupos, propor nos encontros presenciais a pesquisa sobre ideias de negócios e/ou produtos, realizar a pesquisa de mercado, definição do ramo de atuação; missão, visão e valores; estrutura organizacional e desenvolvimento da Marca do negócio ou protótipo do produto. Divulgação do negócio por meio de um teste de aceitação/simulação (pode ser realizado nas redes sociais ou no próprio <i>campus</i>); Desenvolvimento do Modelo de Negócio CANVAS; Rodada de Negócios e outras técnicas, ferramentas e abordagem que estiverem alinhadas ou integradas às demais disciplinas do semestre. Por fim, é necessário que os alunos realizem a escrita de um relato de experiência descrevendo os principais pontos do trabalho realizado, pontos positivos e negativos, sugestões de melhoria, e os principais resultados aferidos ao longo da aplicação das ferramentas, bem como as informações do que diz respeito a marca do negócio ou protótipo do produto.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>ALTER, N. Inovação, risco e transgressão nas organizações. <i>In</i>: DAVEL, E.; VERGARA, S. (org.). <b>Gestão com Pessoas e Subjetividade</b>. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>AUDY, J.; MOROSINI, M. (org.). <b>Inovação e Empreendedorismo na Universidade</b>. Porto Alegre: PUCRS, 2006.</p> <p>BARBIERI, J. (org.). <b>Organizações inovadoras: Estudos e casos brasileiros</b>. Rio de Janeiro: FGV, p. 41-63, 2003.</p> <p>DORNELAS, José Carlos Assis. <b>Empendedorismo: transformando ideias em negócios</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			

BERNARDES, R.; ANDREASSI, T. **Inovação em serviços intensivos em conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2007.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 2005.

JOHNSON, Spencer. **Quem mexeu no meu queijo?** Para jovens. São Paulo: Record, 2003.

PINCHOT, Gifford; PELLMAN, Ron. **Intra-empendedorismo na prática**: um guia de inovação nos negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SANTOS, Renato Lima; SOUZA, Lady Day Pereira. **Empendedorismo**. Cuiabá:UFMT, 2013.

SNELL, Scot A. **Novo cenário competitivo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.